

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

DANIELY DA PENHA RODRIGUES MACHADO

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES X TRABALHO INFANTIL NA FEIRA
LIVRE DE SANTO ANTÔNIO EM VITÓRIA/ ES**

VITÓRIA
2014

DANIELY DA PENHA RODRIGUES MACHADO

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES X TRABALHO INFANTIL NA FEIRA
LIVRE DE SANTO ANTÔNIO EM VITÓRIA/ ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo,
como requisito obrigatório para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Ms Aline Fardin Pandolfi

VITÓRIA
2014

DANIELY DA PENHA RODRIGUES MACHADO

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES X TRABALHO INFANTIL NA FEIRA
LIVRE DE SANTO ANTÔNIO EM VITÓRIA/ ES**

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof.^a. Ms. Aline Fardin Pandolfi
(Orientador)

Prof.^a. Ms. Alaísa de Oliveira Siqueira

Prof.^a. Ms. Jaqueline Silva

A minha eterna gratidão e amor, ao meu Deus que é forte, misericordioso e bondoso, que foi o meu suporte e porto seguro para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois através da sua infinita graça e misericórdia permitiu que eu chegasse até aqui. Com isso me possibilitou a ter forças em prosseguir nesse estudo com sabedoria e serenidade.

Ao meu amado esposo Kleverton, pelas palavras de força, encorajamento e compreensão diária. Obrigada! Esta vitória é nossa. A meus pais, Silvia e Adalgizo, pelas orações e palavras de ânimo. Aos familiares e amigos, que oraram e torceram para que eu pudesse obter esta conquista.

A minha querida orientadora de TCC Aline Fardin Pandolfi pelo encorajamento, profissionalismo e paciência. A todos meus amigos, familiares, colegas e amigas de faculdade que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho.

Obrigada a todos.

Deus seja louvado!

Vitória, Espírito Santo, julho de 2014.

Daniely da Penha Rodrigues Machado

“Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, 2011).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar o perfil das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na feira livre de Santo Antônio em Vitória/ ES. Analisando as resistências econômicas, políticas e culturais, observa-se que o trabalho infantil se vincula tanto na sociedade brasileira, quanto a nível mundial, percorrendo até os dias atuais. Como Metodologia, foi realizada uma pesquisa documental de abordagem quantitativa, e para a coleta dos dados foram utilizados os prontuários e pré - cadastros das crianças e adolescentes acompanhadas pelo Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS). As informações foram abstraídas dos prontuários por meio de um formulário, que possibilitou a tabulação de dados. Com a necessidade de tratar tal problema foram criados documentos na esfera nacional e internacional, leis, entre outros instrumentos para o enfrentamento da exploração da força-de-trabalho infantil. No que refere a proteção deste segmento social este fenômeno ainda é persistente em nosso país, ou seja, de difícil erradicação. Considerando o trabalho infantil como expressão da questão social objeto de trabalho do assistente social, através destas análises é feita uma reflexão da atuação deste profissional para o enfrentamento da exploração desta força de trabalho com o intuito de superar a atuação conservadora, reinventando a realidade exposta de maneira a construir um futuro diferente para os protagonistas desta história. Assim, este estudo não pode ser concluído somente neste trabalho, é necessário um aprofundamento maior sobre este tema, para que diversas lacunas ainda existentes possam ser preenchidas.

Palavras-chave: Trabalho infantil. Crianças e adolescentes. Políticas públicas.

ABSTRACT

The present study aims to identify the profile of children and adolescents in child labour situation at the fair free of Santo Antonio in Vitória/ES. Analyzing the economic, political and cultural resistance noted that child labour perpetuates itself both in Brazilian society, as at the global level, through to the present day. As a methodology, a documentary research and quantitative approach to data collection were used charts and pre-registers of children and adolescents accompanied by specialized service of Social Approach (SEAS). The information was abstracted from medical records through a form, which allowed the data tab. With the need to treat such a problem were created documents in national and international sphere, laws, among other instruments for combating the exploitation of child labour-force. In regard to the protection of this social segment this phenomenon is still persistent in our country, namely, hard to eradicate. Whereas child labour as an expression of the social question working object of social worker, through these analyses is a reflection of the performance of this professional to the confrontation of the exploitation of the labor force in order to overcome the conservative performance, reinventing reality exposed in such a way as to build a different future for the protagonists of this story. Thus, this study cannot be completed only in this work, it is necessary a deepening higher on this topic, for which several gaps that still exist can be filled.

Keywords: Child labor. Children and adolescents. Public policy.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 01 – Composição familiar | 43 |
| Gráfico 02 – Bairro de residência..... | 44 |
| Gráfico 03 – Renda mensal..... | 45 |
| Gráfico 04 – Situação do domicílio..... | 46 |
| Gráfico 05 – Idade das crianças e dos adolescentes | 47 |
| Gráfico 06 - Sexo | 49 |
| Gráfico 07 - Escolaridade | 50 |
| Gráfico 08 – Programas ou projetos que estão inseridos..... | 51 |
| Gráfico 09 - Benefícios..... | 52 |
| Gráfico 10 – Rede socioassistencial | 53 |
| Gráfico 11 – Tipo de trabalho exercido na feira..... | 54 |

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AV - Avenida

CAJUNS – Projeto Caminhando Juntos

CF – Constituição Federal

CLT – Consolidação das leis Trabalhistas

CMDCA - Conselhos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CT – Conselho tutelar

ECRIAD – Estatuto da Criança e do Adolescente

ES – Espírito Santo

FNAPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

NOB – Norma Operacional Básica

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PETI – Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

PNBEM - Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PNAS – Plano Nacional de Assistência Social

SEAS – Serviço Especializado em Abordagem Social

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UNICEF - United Nations Children's Fund

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 23 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 26 |
| 2.1 TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA | 26 |
| 2.1.1 As crises do capitalismo e a passagem do fordismo/taylorismo | 30 |
| 2.2 O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DENTRO DE UM PROCESSO HISTÓRICO | 40 |
| 2.2.1 O Cenário Brasileiro Acerca do Combate ao Trabalho Infantil | 53 |
| 3 METODOLOGIA | 61 |
| 4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA | 63 |
| 4.1 LOCAL DA PESQUISA – CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL | 63 |
| 4.2 PERFIL DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL NA FEIRA LIVRE DE SANTO ANTONIO EM VITÓRIA - ES ... | 65 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 79 |
| 6 REFERÊNCIAS | 82 |
| APENDICE | 86 |
| APÊNDICE A | 87 |
| ANEXO | 90 |
| ANEXO A | 91 |

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda o tema trabalho infantil e tem como objeto de análise, a realidade do trabalho infantil que envolve crianças e adolescentes na feira livre de Santo Antônio em Vitória/ ES.

A motivação por esta pesquisa se deu devido à observação no campo de estágio enquanto estagiária de serviço social no Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) centro de Vitória/ES, em decorrência da permanência de crianças e adolescentes em exercício de trabalho infantil na feira livre de Santo Antônio em Vitória/ ES.

Neste sentido o objetivo geral deste estudo consiste em Identificar o perfil das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na feira livre de Santo Antônio em Vitória/ES. E entre os objetivos específicos está em: traçar o perfil sociodemográfico das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na feira livre de Santo Antônio em Vitória/ ES, a partir dos prontuários produzidos pelos técnicos do Serviço Especializado de Abordagem Social; identificar se estas crianças e adolescentes estão inseridos em programas, projetos sociais no âmbito municipal, estadual ou federal; identificar qual o trabalho exercido por estes na feira livre de Santo Antônio em Vitória /ES; e identificar a renda familiar destas crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

As crianças e adolescentes em exercício de trabalho infantil na feira livre de Santo Antônio são acompanhadas pelo Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), que está inserido dentro do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), onde se encontra na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sendo materializado e desenvolvido como programa social. O SEAS é um serviço que realiza trabalhos externos de abordagem social a “crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e /ou sobrevivência” (BRASIL, 2009, p. 22).

Sobre a reflexão da permanência do trabalho infantil no Brasil, continua sendo um tema muito importante para o debate dentro e fora das academias.

A situação de crianças e adolescentes introduzidos em algum modelo de trabalho caracteriza a exploração do trabalho infantil. Os problemas sociais e econômicos que passam à maioria das famílias, que encontram na condição de exclusão, carência de políticas públicas efetivas e resolutivas no combate as desigualdades sociais e diferentes problemas complexos são percebidos no mundo, sendo fatores relevantes para a ocorrência deste fenômeno.

A importância deste estudo se deu pela possibilidade identificar o perfil das crianças e dos adolescentes para o enfrentamento do trabalho infantil, verificado na feira livre de Santo Antônio em Vitória/ ES. A partir dos dados da pesquisa poderá auxiliar na elaboração de estratégias de intervenção que subsidiem as ações dos técnicos do SEAS.

O desenvolvimento desse estudo destinado a esse área de conhecimento, que envolve a questão da exploração do trabalho infantil e a introdução de políticas públicas pautadas ao tema, poderá converter-se em utilidade científica e social para apropriar-se a atuação de diversos profissionais, seja na área da assistência social, para os técnicos que atuam na área, outros interessados no tema e estudantes de serviço social que, minimamente poderão ter contato com o tema do trabalho infantil. No entanto por se tratar de um tema que sempre esteve presente na sociedade, em Vitória existem poucos estudos do serviço social que abordam este tema. Com isso foi constatado a necessidade de ampliar a base de conhecimentos, no campo do serviço social e outros trabalhadores sociais.

Este trabalho esta dividido em quatro capítulos. No capítulo dois (2) vem tratar o trabalho na sociedade capitalista, assim como as crises do capitalismo e a passagem do fordismo/ taylorismo e todo processo da reestruturação produtiva.

Já o próximo capítulo abordará o trabalho das crianças e adolescentes dentro de um processo histórico que perdurou no Brasil e apontando algumas passagens no mundo na passagem da revolução industrial, assim como a trajetória das leis e programas em defesa das crianças e dos adolescentes. No capítulo três (3) trataremos a metodologia do trabalho. Posteriormente estaremos descrevendo o resultado da pesquisa, onde se deu a pesquisa, assim como a perfil das crianças trabalhadoras na feira. E concluindo no capítulo cinco (5), com as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Este capítulo tem por objetivo abordar o debate sobre a categoria trabalho¹. Para realizarmos tal abordagem, partimos das contribuições científicas, do filósofo Karl Marx, que muito contribuiu para que possamos entender a evolução histórica do trabalho e suas características na sociedade capitalista a partir de uma perspectiva crítica.

Na concepção de Marx, o trabalho é condição ontológica² do homem, uma vez que faz parte de sua essência humana, distinguindo dos animais. É Marx quem une o trabalho a uma necessidade realizadora do homem, através do qual torna parte ativa na relação com a natureza, transformando-a. Na perspectiva de Marx, pelo trabalho, o homem se relaciona com a natureza, atua sobre ela, transformando-a e recriando-a e também se transforma mutuamente (MARX, 2003).

O trabalho se configura como uma atividade humana que apresenta uma finalidade própria, tendo em vista que por sua capacidade intelectual o homem projeta mentalmente o produto de seu trabalho, mediante sua demanda, antes de realizá-lo. Diante desses elementos, podemos situar trabalho como processo de criação humana (MARX, 2003).

Porém, nem sempre na história da humanidade, trabalho humano se converteu em processo livre e criativo do homem, especialmente com a vinda da Revolução Industrial e o surgimento do capitalismo no cenário mundial. Diversas sociedades valeram-se do trabalho escravo, até que o mesmo passou a ser considerado crime e violação dos direitos humanos. Mas, a noção de trabalho como a adotada no

¹ “[...] às vezes carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor no rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura.” (ALBORNOZ 2000, p.8)

² (...) O trabalho constituiu-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico de formas pré-humanas para o ser social. “Ele está no centro do processo de humanização do homem (ANTUNES, 2001, p. 136).”

capitalismo persiste, sendo trabalho uma relação mercantil que opera à custa da exploração da força de trabalho humano para a obtenção do lucro (MARX, 2003).

Com base nas ideias de Marx (2003), ele inicia em seu livro o capital, volume 1 a análise da mercadoria que é o tema do primeiro capítulo do livro. É a partir da problematização acerca de como se configura os produtos do trabalho humano no capitalismo, a mercadoria, que Marx irá elucidar sua compreensão sobre o trabalho, nessa mesma sociedade. Para este autor, na sociedade capitalista a riqueza se apresenta como uma “[...] imensa acumulação de mercadorias [...]” (Marx, 2003, p. 57).

A mercadoria é qualquer produto concretizado através do trabalho humano, que é trocada por outro produto ou dinheiro. É o fato de ser trocada, proposital ou acidentalmente, que faz do produto do trabalho uma mercadoria (MARX, 2003),

Portanto, entende-se que a mercadoria é algo útil e que por isso pode satisfazer certas necessidades para as quais ela foi produzida, mas é também algo que foi produzida para ser vendida, comercializada, sendo, portanto, um valor de troca. Por exemplo, o ferro, o papel etc., esses produtos possuem suas propriedades e podem ser úteis de diferentes modos e aspectos. (MARX, 2003).

Sendo assim, as mercadorias possuem duas características ao mesmo tempo o valor de uso, que representa conteúdo e qualidade e, o valor de troca, que representa quantidade e grandeza. Cabe ressaltar que, o conteúdo é diferente da quantidade; o conteúdo é diferente da grandeza. Logo, a mercadoria possui uma forma de grandeza (Marx, 2003).

Ao tratarmos de valor de uso, nessa linha Netto e Braz (2010, p.79) utilizam a teoria do valor de Marx, pois caracterizam a mercadoria sendo “[...] um objeto externo ao homem, algo que, pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual, a sua utilidade, determinada pelas suas propriedades, faz dela um valor de uso³”.

No que diz respeito à condição de trabalho concreto e abstrato temos uma análise que aqui apresentamos.

³“O valor de uso só se realiza mediante a utilização ou o consumo” (MARX, 2003, p. 58).

Marx (2003, p. 80) afirma que: “[...] o corpo da mercadoria que serve de equivalente passa sempre por encarnação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto torna-se, portanto, expressão de trabalho humano abstrato”.

Com efeito, tratando ainda dessa mesma categoria Netto e Braz (2010, p.105) também afirmam que:

Na mercadoria encontramos, pois, simultaneamente trabalho concreto e trabalho abstrato — mas não se trata, obviamente, de dois trabalhos: trata-se da apreciação do mesmo trabalho sob ângulos diferentes: do ângulo do valor de uso, trabalho concreto, do ângulo do valor de troca, trabalho abstrato.

Entendemos que o trabalho concreto independe de toda e qualquer forma social de produção, sendo ele dispêndio de trabalho humano com objetivo definido de produzir valor de uso, ou seja, trabalho útil. E o trabalho abstrato é dispêndio de trabalho humano que constitui o valor das mercadorias. No entanto, fora da sociedade mercantil, não há trabalho abstrato, o mercado tende a igualar os trabalhadores produzindo sua abstração.

Em relação à força produtiva do trabalho, Marx (2003, p. 62) afirma que:

A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais.

Ou seja, a sociedade capitalista está em constante movimento, sempre com inovações, avanços tecnológicos e com isso trás modernidade e acelera os meios de produção, fazendo com que o trabalhador produza mais sem alterar sua jornada de trabalho, culminando no aumento dos lucros dos capitalistas.

Vivemos em uma sociedade onde o dinheiro é entendido como equivalente geral, as pessoas precisam ter dinheiro para intermediar as trocas. A sociedade capitalista, onde tudo depende de dinheiro, onde tudo é dinheiro, porque as pessoas acabam não reconhecendo seu trabalho. Na relação social do trabalho, o valor da mercadoria não está nela, ou seja, a mercadoria apresenta seu valor de troca e não a força de trabalho gasto nela (MARX, 2003).

E para compreendermos isso, Marx (2003, p.95) vai explicitar a ideia de fetichismo “[...] os homens não estabelecem relações entre produtos do seu trabalho como valores por considerar simples aparência material de trabalho humano de igual natureza”.

O fetichismo sempre acompanha os produtos do trabalho, quando esses são colocados como mercadorias. Ele é a manifestação da alienação.

Consideramos que por meio do trabalho que os homens conseguem os seus objetivos, transformando a natureza em sua utilidade e construindo os seus modos de vida. É pelo trabalho que o homem altera a realidade e age sobre ela. Esse é um dos elementos do trabalho, e está presente em qualquer sociedade. (MARX, 2003)

A mais-valia é o elemento fundamental de sustentação do capitalismo. Os capitalistas vivem da posse da classe trabalhadora.

No capitalismo sempre haverá desigualdade social, de modo que o caminho para a pessoa aumentar sua fortuna será explorando a classe trabalhadora. O operário produz mais para o patrão do que o que recebe pela realização desse trabalho. O capitalismo revelar-se ainda, necessariamente, como regime econômico de posse, o que significa que a mais valia se configura na lei principal desse sistema.

[...] a mais valia é trabalho não pago. É tempo de trabalho que o trabalhador entrega gratuitamente ao capitalista depois de haver trabalhado o suficiente para reproduzir o valor de sua própria força de trabalho. A criação de um valor equivalente ao seu salário não significa que o trabalhador para de trabalhar: continua no batente até construir uma mais valia de maior ou menor magnitude (SANDRONI, 1999, p.82-83).

Sendo assim, se o trabalhador trabalhar além da sua jornada de trabalho, ele produzirá a mais valia, porém não terá direito sobre ela, é destinada ao desfrute do proprietário. Nesse sentido, ressaltamos a ideia sobre a categoria mais valia Marx (2003, p.228) “[...] o processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais valia (valor excedente)”.

2.1.1 As crises do capitalismo e a passagem do fordismo/ taylorismo

A crise capitalista é decorrente de uma questão econômica do capital. Na trajetória do capitalismo, durante seu desenvolvimento, registram-se várias crises. E a que

marcou a história foi à crise de 1929, atingindo todo mercado mundial, neste período é onde ganha força o fordismo/taylorismo inserindo uma produção homogênea, ou seja, que é caracterizado por uma única atividade, onde se estruturou o trabalho fragmentado, reduzindo a mão de obra dos operários e substituindo-os por ações mecânicas. No final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, esse padrão de acumulação apresentou sinais de esgotamento no que se refere aos lucros do capital. E daí foi substituído pelo modelo toyotista, um modelo mais flexível, com novos métodos e novas tecnologias. No final do Século XX, como resposta a essa crise do capital, inicia-se a reestruturação produtiva, trazendo respostas ao processo de transformação do capital. A passagem do fordismo/ taylorismo e todo processo de reestruturação produtiva foram saídas para enfrentar a crise do período fordista e do Estado Keynesiano (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

A primeira crise capitalista ocorreu no ano de 1825, atingindo somente a Inglaterra. Desde então, surgiram outras e passaram a ganhar dimensão mundial. Já no século XX, especificamente ano de 1929 a crise trouxe consequências aterrorizantes, trazendo consigo impactos no crescimento da produção, desemprego, falência, etc.

Diante desse contexto, para melhor compreensão teremos como base Netto e Braz (2010), ao afirmarem que: “[...] a crise é constitutiva do capitalismo, não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 157).

Como aponta os autores às crises no meio capitalista são inevitáveis, porém, as crises econômicas não ocorrem somente em sociedades onde é predominante o Modo de Produção Capitalista. Mas em sociedades pré-capitalistas, em ocasiões de diminuição da força de trabalho, o que vai impactar na diminuição da produção. Porém, na sociedade capitalista reverte-se à situação, reduz-se a produção, e automaticamente diminui a força de trabalho gerando o desemprego.

Para entendermos melhor a crise econômica ela passa por quatro fases segundo Netto e Braz (2010) ‘a crise, a depressão, a retomada e o auge’, sendo:

A crise pode ser detonada por incidente econômico ou político qualquer a falência de uma grande empresa, um escândalo financeiro, a falta repentina de uma matéria essencial, a queda de um governo [...]. A depressão: o desemprego e os salários mantêm-se no nível da fase anterior, a produção permanece estagnada, as mercadorias estocadas ou são destruídas ou parcialmente vendidas a preço baixo [...]. A retomada: as empresas que sobrevivem absorvem alguma das que quebraram, incorporam seus equipamentos e começam a produzir mais. O comércio reanima, as mercadorias escoam, os preços se elevam e pouco a pouco diminui o

desemprego [...]. O auge (boom): a concorrência leva os capitalistas a investirem nas suas empresas, a abrir novas linhas e frentes de produção e está é largamente ampliada, lançando no mercado quantidades cada vez maiores de mercadorias. O crescimento da produção é impetuoso e a euforia toma conta da vida econômica [...] um detonador qualquer evidencia de repente que o mercado está abarrotado de mercadorias que não se vendem, os preços caem e sobrevém nova crise e todo ciclo recomeça. (NETTO; BRAZ, 2010, p. 159).

Percebemos que a crise econômica, passa por um ciclo econômico uma “[...] vez iniciado um ciclo, à medida que ele avança as mercadorias postas à venda não possuem o mesmo valor – as produzidas pelos capitalistas que modernizaram suas indústrias tem um valor menor [...]”. (NETTO; BRAZ, 2010, p. 162). Ou seja, o capitalista que modernizou, investiu em equipamentos na sua empresa possuirá um lucro maior que aquele capitalista que não investiu em nada, pois se reduzirá o tempo de trabalho socialmente necessário na produção dessas mercadorias.

Ainda de acordo com Netto e Braz (2010), as crises que ocorrem no sistema capitalista não interessam nem aos trabalhadores nem aos capitalistas, mas é uma contradição presente na economia capitalista, da qual se favorecem alguns capitalistas maiores. Vale destacar que, quem sofre as maiores consequências é a classe trabalhadora e os pequenos e medianos capitalistas, além disso, “[...] as falências, e quebras ocorrem basicamente entre eles, porém conforme a profundidade da crise, mesmo os setores do grande capital são vulnerabilizados”. (NETTO; BRAZ, 2010, p.163).

Behring e Boschetti (2011) cita que a passagem histórica do capitalismo foi apontado como maior colapso econômico mundial daquele tempo, a crise de 1929-1932 ou a “grande depressão” como ficou conhecida, dia em que ficou marcado mundialmente a crise financeira com a queda da bolsa de valores de Nova York, EUA, espalhando-se pelo mundo inteiro e diminuindo o comércio mundial.

De acordo com Mandel (1982) citado por Behring e Boschetti (2011, p. 69-70), faz uma análise sobre a crise da seguinte forma:

[...] precisa ser compreendida por dentro dos ciclos longos de expansão e depressão, superando-se, dessa forma a tendência dos economistas de articularem as crises aos detonadores imediatos, que e geral são catalisadores da depressão, mas não sua causa. [...] o período da depressão notabiliza-se pelo crescimento da composição orgânica do capital, pelo aumento da taxa de mais valia (o que pressupõe o recuo do movimento operário) e pela possível baixa dos preços das matérias primas. [...] cria seus próprios obstáculos: com a redução do exército industrial de reserva, tende a ampliar a resistência do movimento operário, baixando a taxa da mais valia. Há uma generalização da revolução tecnológica, que

está na base de todo ciclo de expansão, diminuindo os superlucros extraídos do diferencial de produtividade do trabalho.

O texto supracitado mostra uma diminuição na taxa de lucro no que se refere ao “capital social”, o que vai refletir na queda da produtividade das indústrias, do desemprego, do consumo, e dificultar a realização da mais valia.

Na passagem da crise de 1929-1932, a política social trouxe consigo expressivas transformações no mundo capitalista, porém se firmaram após a segunda grande guerra mundial. No Brasil, após a segunda grande guerra, a política social levou mudanças significativas na fase de um capitalismo maduro. Os trinta anos gloriosos foram marcados por “[...] uma forte expansão, com taxas de lucro altas, e ganhos de produtividade para as empresas e políticas sociais para trabalhadores (BEHRING; BOSCHETTI 2011, p.82)”.

Ainda nessa mesma linha, outros autores também trazem essa discussão, pois:

A crise do comércio internacional em 1929 e o movimento de outubro de 1930 representam um marco importante na trajetória da sociedade brasileira. Aparecem como momentos centrais de um processo que leva a uma reorganização das esferas estatal e econômica, apressando o deslocamento do centro motor da acumulação capitalista das atividades de agro exportação para outras de realização interna. Todos os segmentos da sociedade são profundamente afetados por estas transformações, induzidos a alterar em profundidade seus posicionamentos e práticas anteriores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 136).

Esses 30 anos gloriosos apresentou sinais de esgotamento no final do ano de 1960. Como proposta em busca de saídas da crise de 1929-1932, Behreing e Boshetti (2011, p. 82), apontam a disputa “burguesa ao liberalismo ortodoxo e da revolução keynesiana.” Que foi marcado após a segunda guerra como uma saída da crise que se instalava na época, provocando mudanças na produção em massa, através do fordismo que também se espalhou no pós guerra, com produtos novos, na produção, a indústria bélica na totalidade da guerra fria.

O keynesianismo como aponta Behring e Boschetti (2011, p. 86), foi aliado do pacto fordista, pois,

[...] da produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho. O fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas.

Para compreendermos o surgimento do fordismo, trataremos aqui uma breve introdução. No ano de 1914, Henry Ford introduziu suas experiências em sua

fábrica, na jornada de oito horas com o ganho de 5 dólares aos trabalhadores na linha mecânica de montagem. Porém os métodos tomados por Ford só foram concretizados de fato no segundo pós-guerra. Neste seguimento houve uma disciplina por parte dos trabalhadores com o objetivo de diminuir o tempo da jornada de trabalho, aprimorando a passagem do capital com mais valor, e, além disso, o “[...] período entre duas grandes guerras, as condições gerais da luta tornavam muito difícil a disseminação do trabalho rotinizado — tão bem criticado por Charles Chaplin em seu antológico tempos modernos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 86).

Contudo, na trajetória histórica do mundo do trabalho, o modelo de produção fordista/taylorista, que fortificou ao longo do século XX e introduziu a produção homogênea, em série, com ritmo cronometrado que desencadeou a produção em massa de mercadorias e o preço de venda, ampliando o consumo. Este modelo de produção estruturou-se com base no trabalho fragmentado, por meio de decomposição de tarefas que fez reduzir a ação operária a um conjunto de ações mecânicas e repetitivas ligadas à produção (ANTUNES, 2001, p. 36).

Com a introdução destas mudanças, a dimensão intelectual do trabalhador foi eliminada e transferida para a organização gerencial científica, que o decidiu de qualquer participação do processo de trabalho. (ANTUNES 2001).

Embora o modo de produção fordista/taylorista tenha promovido mudanças significativas na vida dos trabalhadores no que se refere a garantias sociais e trabalhistas, isso ocorreu em detrimento a uma intensa exploração da classe trabalhadora, que sofria com o trabalho repetitivo, massificado, controlado.

Porém, a partir do final da década de 60, após um longo período de acumulação do capital e em meio às reivindicações dos trabalhadores pelo controle social da produção, o modelo fordista/taylorista, apresentou sinais de esgotamento que tornaram evidentes na década de 70 em função da queda da taxa de lucro decorrente do excesso de produção, retração do consumo, financeirização do capital, grandes fusões empresariais, crise do Estado de Bem Estar Social, privatizações (ANTUNES, 2001).

Ainda nesse contexto, tornou-se evidente para o capital, a necessidade da implementação de novos mecanismos e formas de acumulação cada vez mais

flexíveis que segundo Antunes (2008) ofereceriam respostas ao quadro da crise que se desenhava.

Com a finalidade de superar as falhas do binômio fordista/taylorista, sem alterar as estruturas eficazes do modo de produção capitalista, nasceu o modelo toyotista como uma nova forma de acumulação do trabalho, que se desenvolveu em uma estrutura produtiva mais flexível com a acumulação de novos métodos e novas tecnologias (ANTUNES, 2001).

No que refere ao padrão de acumulação flexível ele:

[...] se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho própria da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas, etc. [...] trabalho polivalente, multifuncional, qualificado [...] (Antunes, 2001, p. 52).

Vale ressaltar que no processo de produção toyotista a racionalização aprofundou a exploração do trabalhador intensificando o ritmo de produção com um número reduzido de operários. A introdução de novas tecnologias para aumento na produtividade e conseqüente aumento da mais valia, permitiu aos capitalistas se apropriarem também da atividade intelectual do trabalhador, ou seja, de seu conhecimento. Assim percebemos a criação de novas formas de trabalho, entre eles o trabalho terceirizado (ANTUNES, 2001).

O toyotismo⁴ apresenta algumas características que se opõem ao modelo fordista/taylorista sendo elas:

I- sua produção muito vinculada à demanda;

II- ela é variada e bastante heterogênea;

III- fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções;

IV- tem como princípio o Just in time, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que, no toyotismo, devem ser mínimos. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior, na fábrica toyotista somente cerca de 25% é

⁴ “O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo dos anos 70. Ao invés do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra a uma equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para satisfação da equipe que está na sequência da sua linha” (Gounet, citado por Antunes, 2000, p. 35).

internamente produzido. Ela horizontaliza o processo produtivo e transfere a terceiros grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela (ANTUNES, 1999, p.23).

No final do século XX e início do século XXI, a reestruturação produtiva surgiu como resposta à crise estrutural do capital, trazendo respostas as transformações no processo de produção do capital.

A reestruturação produtiva do capital trouxe significativas alterações no mundo do trabalho, passando a exigir “[...] um trabalhador polivalente⁵, multifuncional e qualificado. O trabalho manual foi substituído pelo maquinário técnico-científico, ou seja, o trabalho vivo foi substituído pelo trabalho morto” (ANTUNES, 2008, p. 44).

Ainda segundo Antunes (2008), no entanto, a reestruturação produtiva, entendida como uma investida do capital para o acúmulo capitalista sinaliza um processo de mudanças nas empresas e na organização do trabalho, baseada na adoção cada vez maior de novas tecnologias e conseqüente substituição do homem pela máquina.⁶

Além disso, a reestruturação produtiva do capital tornou-se no ocidente, a base do projeto neoliberal, com incentivo às privatizações, desregulamentações econômicas, trabalhistas, financeiras e fiscais, transferência do setor produtivo estatal para o capital privado, redução do aparelho estatal entre outros (ANTUNES, 2008).

Dado que essas mudanças são perceptíveis e afetam diretamente os trabalhadores. Na vigência do neoliberalismo, a mercantilização dos serviços públicos inviabiliza o acesso de grande parte da população aos serviços que são transferidos para a iniciativa privada, entre eles a educação, moradia, saúde etc., ampliando e reconfigurando as expressões da questão social. (ANTUNES, 2008).

A compreensão de questão social está aprofundada na contradição capital x trabalho, ou seja, é uma categoria que tem sua especificidade determinada no modo capitalista de produção. Para isso Behring e Boschetti (2011, p.51-52) afirmam que:

⁶ “O capital pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-los”. (ANTUNES, 1999 p. 26).

[...] às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

As múltiplas expressões da questão social do capitalismo são decorrentes da exploração do capital sobre o trabalho, ou seja, sobre a classe trabalhadora. Essa discussão é debatida desde o surgimento do capitalismo por Marx e Engels e se encontra até hoje essa discussão. E essas reflexões da exploração do capital está relacionada a substituição do trabalho vivo que são mãos humanas por máquinas, isso vai refletir na vida do trabalhador causando a desigualdade social, a pobreza, o desemprego e entre outros danos a vida moral e física do homem (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Não difere a esta compreensão, lamamoto e Carvalho (2013, p.135).

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses. [...] a questão social deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabencoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação.

Ao tratarmos de relações sociais, podemos considerar que, o modo de produção capitalista não é somente produção e reprodução de mercadorias, mas também consideradas relações sociais de produção, para isso lamamoto e Carvalho (2013), Netto e Braz (2010) trazem essa discussão.

[...] a produção capitalista não é tão-somente produção e reprodução de mercadorias e de mais valia: e produção e reprodução de relações sociais. [...] a produção capitalista supõe relações sociais no interior das quais existem sujeitos que podem comprar a mercadoria força de trabalho para emprega-la na produção de mercadorias e sujeitos que são obrigados a vender a sua força de trabalho, já que é o único bem que possuem. Assim, a produção capitalista só pode ter continuidade se também for contínua a produção das relações sociais que engendram aqueles sujeitos (NETTO, BRAZ, 2010, p. 136).

Nessa mesma linha lamamoto e Carvalho (2013, p. 36).

Assim, a produção social não trata de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas [...]. Na sociedade de que se trata, o capital é a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo processo da vida social.

Segundo lamamoto e Carvalho, Netto e Braz, na sociedade capitalista, o capital é o protagonista da relação social, pois é ele quem executa e da qualidade no processo

da vida social, ou seja, o capital compra a força de trabalho do trabalhador para assim serem inseridas na produção e reprodução de mercadorias.

Segundo Marx (1894) citado por Netto e Braz (2010, p.137).

[...] o processo de produção capitalista, considerando como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado.

De acordo com Antunes (2008), as mudanças do capitalismo contemporâneo, estão a diminuição da classe operária tradicional e a consequente expansão do trabalho assalariado, principalmente no setor de serviços, onde se verifica a heterogeneização do trabalho e inserção das mulheres⁷ no mercado de trabalho, assim como a subproletarização e precarização do trabalho expressos pela terceirização nos contratos de trabalho, trabalho temporário, precário, parcial, subcontratação, informalização. Ressalta ainda a individualização extrema da relação salarial como a regressão dos direitos sociais, bem como a fragmentação da classe trabalhadora e consequente desarticulação dos movimentos sindicais.

Para isso, algumas características transcorrem o mundo do trabalho seguindo até os dias atuais o que resulta em desemprego, na precarização do trabalho, na perda de direitos, no rebaixamento de salários e entre outras.

Neste contexto as mudanças constituem base para a construção de um novo perfil de trabalhadores, cujas ações possui a finalidade de adaptar para a utilização de ferramentas tecnológicas que possibilitem aumentar a produtividade, com a utilização de um menor eventual de trabalhadores, para execução de mais atividades em menor tempo, reduzindo custos e aumentando lucros. É nesta conjuntura que os trabalhadores com baixa escolarização vão sendo descartados do mercado em detrimento aos mais capacitados e qualificados formatando então o desemprego estrutural (ANTUNES, 2008).

⁷ [...] A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho. Ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao aumento do capital) sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos e as leis de si própria (HIDRATA apud ANTUNES, 2001, p. 108).

Ressaltamos que muitas são as transformações que perpassam a categoria trabalho: mudanças nas relações de trabalho, reestruturação produtiva, desemprego e competitividade que atinge os jovens de forma severa, num contexto em que a força de trabalho e a qualificação são cada vez mais exigidas.

Todavia surge a necessidade de busca pela qualificação, numa realidade em que se dá em meio a fragilização dos direitos trabalhistas, com a supressão de direitos sociais que deixa os trabalhadores cada vez mais desamparados pelo Estado, o que os levam a venderem sua força de trabalho, como o único bem que possuem, de forma a garantir minimamente a sua sobrevivência e a de sua família. Este fator faz surgir o trabalho precarizado⁸ nas mais diversas formas como contratos temporários, terceirização, dupla jornada de trabalho, subcontratos e entre outros.

Segundo Ferreira (2004), a desqualificação do trabalhador, o leva à repulsão do processo produtivo, ou seja, ele é banido do processo social, o que pode trazer como consequência a exclusão social.

Ainda que essas mudanças decorrentes do processo de financeirização do capital, da acumulação flexível, da reestruturação produtiva da inovação tecnológicas e organizacionais, em períodos de capitalismo neoliberal, a qualificação vem sendo usada como estratégia para a manutenção do capital e do trabalho. De acordo com Ferreira (2004, p. 20).

Temos assim, uma desqualificação do saber do trabalhador, mediante a qualificação formal do trabalho. Desqualifica –se o trabalhador para qualificar o trabalho. Frente à qualificação formal, o sujeito precisa qualificar-se para preparar-se para bem desempenhar as suas atribuições e isso requer atenção as normas para realizar com exatidão o seu trabalho. Essa nova modalidade de controle dos trabalhadores pelo capital, recebe uma roupagem denominada qualificação profissional.

Essas transformações no mundo do trabalho segundo Antunes (1999) formaram uma divisão na classe trabalhadora, como se de um lado ficassem os trabalhadores qualificados e de outro os trabalhadores desqualificados dentro de um mercado

⁸ “Paralelamente a essa tendência, há outra também extremamente significativa, dada pela subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculados a economia informal, entre tantas modalidades existentes” (ANTUNES, 2000, p. 51).

“[...] essas diversas categorias de trabalhadores tem em comum a precariedade de emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência a individualização extrema da relação salarial” (BIHR apud ANTUNES, 2000, p. 51).

formal e informal, e entre esses estão incluídos jovens, velhos, homens, mulheres, imigrantes, migrantes e etc.

No início dos anos noventa, o Brasil passou por uma grande transformação nos setores industriais e de serviços, com a instauração da reestruturação produtiva. Visto que neste cenário histórico é apontado pela vigor do neoliberalismo no país. O ajuste neoliberal foi posto como plano de fuga da crise instalada no Estado e do capitalismo no Brasil. Neste período também foi marcado pela vitória do candidato Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais em 1989. (ALVES, 1998, p.130).

Segundo Alves (1998), caracteriza o ajuste neoliberal como:

[...] uma política industrial centrada na abertura comercial, e pelo novo impulso no processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade no gasto público, reestruturação das políticas sociais [...] (ALVES, 1998, p. 131).

Como afirma Alves (1998, p. 132), “[...] a adoção de políticas neoliberais no Brasil é tardia”, pois nos anos oitenta o cenário neoliberal já era visto em outros países como na Alemanha, Chile, América Latina, México e Argentina, sendo sobreposto de modo hegemônico, esses países tomaram políticas de modo a reduzir a inflação com evidência na privatização, abertura comercial e desmonte do serviço público.

Podemos considerar que na década de oitenta no cenário brasileiro foi marcada por uma época de resistência as propostas neoliberais. Foi a partir da derrota do PT na candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) nas eleições de 1989, que se instaura o neoliberalismo à brasileira, a partir de Collor que o país vai sentir os ensaios neoliberais, o que está voltado para a recuperação da economia de mercado e com péssimos resultados no plano societário (ALVES, 1998).

O plano Collor inserido no ajuste neoliberal adotou as políticas deflacionárias e direcionou o país o recuo da história econômica, destacando o Plano Real em 1994, que sucedeu os objetivos deflacionários, pois “[...] assentado numa política monetária restrita e numa abertura comercial que, em linhas gerais, dá continuidade à política neoliberal de Collor” (ALVES, 1998, p. 132).

Neste sentido, esse processo acaba trazendo prejuízos a diversos campos da indústria no Brasil, gerando o desemprego, fragilizando, portanto a estrutura de mobilização sindical e operária (ALVES, 1998).

Soares (2001) também afirma o que Alves vem trazendo acima, pois:

Se não se pode atribuir tais resultados exclusivamente ao Plano Real, pode se afirmar que, em sua vigência, as políticas econômicas e sociais não foram (e continuam não sendo) capazes de reverter o quadro de pobreza e exclusão social.

Pelo contrário, além de não reduzir a pobreza, gerou um sem número de novas formas de exclusão social, na medida em que agravou as condições de emprego e trabalho (informalização, diminuição dos salários e corte dos, já reduzidos, direitos sociais) e criou um desemprego cuja dimensão supera qualquer outra marca histórica já vista no Brasil. (SOARES, 2001, p. 174).

Através de todo enfrentamento do país em relação a esta conjuntura neoliberal, esses choques recessivos, próprio às políticas neoliberal o que podem levar as empresas privadas e públicas a requererem a reestruturação produtiva, voltado para o novo cenário de concorrência privada.

Com este cenário posto na década de noventa, o novo padrão de acumulação flexível que cresce, tem a possibilidade de atingir o sindicalismo de classe, considerado um dos atores sociais da luta pela democratização da sociedade. O que pode acarretar novos desafios à classe trabalhadora.

2.2 O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DENTRO DE UM PROCESSO HISTÓRICO

Neste capítulo faremos uma abordagem sobre a questão do trabalho infantil no Brasil e no mundo e, para realizarmos tal abordagem, partiremos das contribuições científicas elaboradas por estudiosos na área da infância como Irene Rizzini e Francisco Pilotti. Para que possamos compreender a evolução histórica da situação social e de trabalho de crianças e adolescentes em nossa sociedade, destacando as diversas culturas e épocas.

O percurso a ser seguido neste capítulo, partirá desde o período da colonização passando pela escravidão, período republicano até chegar nos dias atuais no Brasil, em especial, nesta passagem destacamos alguns pontos relevantes no período da revolução industrial no mundo. Logo, busca aqui destacar as estratégias de combate à exploração do trabalho infantil em nosso país, sobretudo a partir das políticas públicas estabelecidas e a proteção social à infância no Brasil.

Os estudos de Rizzini (2009, p. 7), procura “[...] compreender como eram vistas as crianças desde os mais remotos tempos – desde as crianças indígenas, as que aqui

chegaram de Portugal e de outros países, inclusive em navios negreiros; as que aqui nasceram, da conjugação de etnia”.

Rizzini (2009) esclarece que a infância jamais apresentou, até os dias atuais, uma forma de registro, expressão e documentação transparente e claramente esclarecedores de sua constituição nos diversos tempos na história da sociedade brasileira, passando pelo período colonial, ou analisado no interregno republicano.

De acordo com a história, o trabalho infantil é visto desde os primórdios da colonização do Brasil, e as tarefas das lavouras eram executadas pelos filhos caçulas dos índios e negros, além das atividades domésticas e ajudantes das mais diversas funções desempenhadas na época, com objetivo de auxiliar em sua própria subsistência e a de sua família. (RIZZINI, 2009)

Ao longo dos anos à infância foi abordada de várias maneiras. Mesmo antes da descoberta histórica do Brasil e antes da chegada dos jesuítas, pois já se apresentava alguns sinais de mão de obra infantil nas aldeias indígenas através dos ensinamentos que eram passados de pai para filho. Vale destacar, entretanto, que esse ato deve ser analisado e deve ser levada em consideração a cultura indígena que se instalava aqui, pois quando o índio adulto leva seu filho para acompanhá-lo nas atividades da aldeia é uma introdução aos costumes de sua cultura. Na cultura indígena, a inclusão da criança nas atividades laborativas estava relacionada à transmissão das tradições e conhecimentos intergeracionais necessários à manutenção da vida e sobrevivência, tanto individual como coletiva (RIZZINI, 2009).

Nessa mesma linha Brandão (1995, p. 21) também traz uma concepção do conhecimento intergeracional.

Os meninos observam os homens quando fazem arcos e flechas; o homem os chama para perto de si e eles se veem obrigados a observá-lo. As mulheres, por outro lado, levam as meninas para fora de casa, ensinando-as a conhecer as plantas boas para confeccionar cestos e a argila que serve para fazer potes. E, em casa, as mulheres tecem os cestos, costuram os mocassins e curtem a pele de cabrito diante das meninas, dizendo-lhes, enquanto estão trabalhando, que observem cuidadosamente, para que, quando forem grandes, ninguém as possa chamar de preguiçosas e ignorantes. Ensinam-nas a cozinhar e aconselham-nas sobre a busca de bagas e outros frutos, assim como sobre a colheita de alimentos.

Com a chegada dos Jesuítas ao Brasil, coube o ensinamento as crianças juntamente com a corte portuguesa. A igreja e o Estado caminhavam juntos, com a intenção de retirá-las do paganismo, impondo a fé e tornando-a servil ao Estado

Português. Diante deste contexto, os soldados de cristo, como eram conhecidos os jesuítas, tinham a prática de utilizar crianças em seus trabalhos, como afirma Rizzini, (2009, p. 17)

Convertiam as crianças ameríndias em futuros súditos dóceis do Estado português e, através delas, exerciam influência decisiva na conversão dos adultos às estruturas sociais e culturais recém-importadas.

Para Rizzini (2008), o trabalho das crianças e adolescentes já estava em evidência na vida social dos colonizados. Todavia, já não era especialidade dos religiosos através da filantropia a formação dos infantes. Além disso, outros estamentos sociais, bem como seus representantes, os donos de terra, tiveram forte influência na condução da infância e sua tutoria.

Nesse sentido, a colonização de um país recém-descoberto como o Brasil exigia, basicamente, seu povoado e mão-de-obra para o trabalho. Nesse contexto, os portugueses viram a necessidade de trazer para a colônia a mão-de-obra escrava de negros proveniente da África, que formou e modelou as relações econômicas e sociais neste período, bem como as políticas referentes à infância e adolescência.

De acordo com as ideias de Faleiros (2009), às crianças desamparadas e escravas não significava para o sistema produtivo da época nenhuma vantagem, sobrando para os sobreviventes apenas o trabalho.

Em todas as palestras entre fazendeiros se ouvia este cálculo: compra-se um negro por 300\$00, colhe no ano 100 arrobas de café que produzem líquido pelo menos seu custo: d' ali em diante é lucro: não vale a pena aturar as crias que só depois dos 16 anos darão igual serviço (GIACOMINI, 1988, p. 24).

Existem desacordos entre pesquisadores em relação à família escrava. Para Giacomini (1988), a família escrava não existia, pois as mesmas eram destruídas ou separadas, seja no momento da captura, na venda ou no aluguel de algum membro que compunha tal "família". Já Russell-Wood (1981, p. 247) afirma que "os escravos apresentavam boa harmonia entre eles. Os proprietários rurais frequentemente estimulavam os escravos a casar-se". O interesse está claro que era centrado na procriação entre eles, o que resultaria em mais escravos para seus senhores.

Ao longo da história este modelo de trabalho manteve-se presente em diversas culturas e épocas, visto que em algumas ocasiões a escravidão se estabeleceu no formato predominante de mão-de-obra em várias sociedades, consolidando-se em:

opressão, exploração, pobreza, dominação e cerceamento de liberdade aos homens (RIZZINI, 2009).

Todavia, essa mesma autora ressalta que, no Brasil, tal modelo de trabalho que sobreveio sobre o homem adulto, não excluiu, contudo, crianças e adolescentes. E, em relação a nossa sociedade, no que diz respeito a crianças e adolescentes colocadas na situação de trabalho, ainda, permanece nos dias atuais. Mesmo não sendo mais uma sociedade que vive em tempo de escravidão, não devemos afirmar que a exploração de homens, mulheres e crianças em regime como o de escravidão permanece erradicada no Brasil.

O trabalho infantil como estamos tratando, é uma expressão da questão social e, está associado às desigualdades sociais como: a pobreza, a pobreza absoluta, os recursos naturais escassos, a negligência familiar, a falta de educação, associado à falta de políticas públicas, tudo isso entre outras expressões da questão social ⁹.

Em relação às crianças escravas, elas morriam facilmente, devido a frágil composição familiar, física e as condições precárias e insalubres de seus domicílios. No final do período colonial, têm-se a promulgação da Lei do Ventre Livre, mais precisamente em 1871, também conhecida como “Lei Rio Branco”, consideradas livres, a partir desta lei, todas as crianças nascidas de mães escravas. Porém, produzindo efeitos indesejáveis e colaterais, a sociedade até então ainda mantinha um meio de dominação e alienação dos infantes, visto que, não obstante a consolidação da lei, os senhores tinham a opção de manter em seu poder os menores até completarem 14 anos, sendo indenizados posteriormente pelo Estado por desfazer-se deles.

De acordo com Rizzini (2009, p. 18).

Mesmo depois da Lei do Ventre Livre, em 1871, a criança escrava continuou nas mãos dos senhores, que tinha a opção de mantê-la até os 14 anos podendo, então, ressarcir-se dos seus gastos com ela, seja mediante seu trabalho gratuito até os 21, seja entregando-a ao Estado, mediante indenização.

Enfatizamos que algumas crianças escravas eram usadas como brinquedos pelos filhos dos senhores e divertimento das visitas, inclusive sendo muitas doadas como

⁹ “[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação” (TELES,1996).

presente para outra família da nobreza. Pois além de tudo acabavam sofrendo: humilhações, maus-tratos e exploração sexual; estudos relatam que houve indícios de prostituição infantil promovida por senhores e senhoras (NEVES apud FALEIROS, 2009).

Segundo Goes e Florentino (2007), no Brasil colônia e no Império as crianças eram colocadas na qualidade de escravas, sendo usadas em vários tipos de trabalho, como: na lavoura, na casa dos senhores e na maior parte do seu tempo nas funções laborativas.

No Brasil colônia, como aponta Rizzini (2009) a criança escrava não foi elemento de proteção por parte da sociedade, por sua vez tomava uma posição de submissão e secundarista.

Em síntese, no Brasil colônia, apesar da necessidade de povoamento não se percebe uma política populacional. Foi um período de desvalorização da criança, inclusive de sua existência e vida. As crianças e adolescentes eram considerados mercadoria (cara) e sua mão-de-obra explorada (RIZZINI, 2009, p. 220).

A trajetória infantil estava marcada como propriedade individual do senhor seu dono, como patrimônio e mão-de-obra, podendo assim apenas contar com a sorte de ter uma família ampliada – a dos escravos que lhe ofereciam proteção, referências culturais e vínculos afetivos. Segundo Marcílio (1993, p. 153):

[...] com o adensamento de população em torno das duas grandes cidades portuárias das mais importantes da época: Salvador e Rio de Janeiro [...] a sociedade destes dois centros já vinha, desde finais do século 17, insistindo junto ao rei sobre a necessidade de amparo sistemático aos bebês que se lançavam nas portas das casas, de igrejas, pelos caminhos e até nos lixos.

Segundo refere Rizzini (2008), as medidas adotadas espelhavam-se nas práticas europeias da época, na qual abandonar os filhos ou não prestar os devidos cuidados era uma prática comum no Brasil colônia. Entretanto, abandonar os filhos, acabava por gerar outros problemas sociais, onde a vadiagem, a mendicância e outros comportamentos indesejados, começavam a se tornar condenável pela sociedade.

Na Europa, mas precisamente no período da industrialização, houve um alto índice de mortalidade infantil, principalmente nas casas onde as mães trabalhavam fora. Segundo Marx (2003, p. 455):

[...] em 1861, pondo-se de lado circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade decorrem principalmente de trabalharem as mães fora de casa. Daí resulta serem as crianças abandonadas e malcuidadas. Esse desleixo se revela na alimentação inadequada, ou insuficiente e no emprego de narcóticos; além disso, as mães desnaturadamente, se tornam estranhas a

seus próprios filhos e, intencionalmente, os deixam morrer de fome ou os envenenam.

Ocorria em alguns distritos ingleses casos de mulheres até mesmo casadas e de boa aparência que se prostituíam em lugares de encontros afastados das cidades, com fazendeiros, ou grandes proprietários de terras, e era comum o consumo de substâncias psicoativas, e passavam a maior parte do tempo fora de casa, enquanto seus filhos ficavam em casa enfraquecendo pela falta de alimentação (Marx, 2003).

Voltemos, pois no século XVII, conforme relata Rizzini (2009), que desde as constantes práticas de abandono de crianças vinham se tornando um problema. Essa situação chegou a preocupar autoridades, e chegaram a buscar providências do rei para tal situação. Como relata abaixo:

[...] o governador da capitania do Rio de Janeiro, Antônio Paes de Sande, escrevera ao rei em 1693 deplorando a falta de caridade demonstrada em relação aos enjeitados. Embora D. Pedro II recordasse ao governador que os enjeitados eram responsabilidade municipal e sugerisse um imposto para essa finalidade, o assunto ficou esquecido (RUSSELL; WOOD, 1981, p. 235).

Muitas autoridades daquela época relataram as péssimas condições que essas crianças e adolescentes viviam no período, no ano de 1726 o vice-rei escreveu uma carta a Dom João apresentando as providências tomadas junto à Santa Casa de Misericórdia para a criação da Roda de Expostos¹⁰. Segue abaixo um trecho desta carta onde se pode analisar o descaso oficial no que se refere esta problemática e a transferência de sua responsabilidade à Santa casa de Misericórdia.

Como a constituição do clima conduz muito para a liberdade, não faltam ociosos que se aproveitam dela, para continuarem na repetição de seus vícios; deles procede haver tal número de crianças expostas, que sem piedade as lançam nas ruas, e muitas vezes em partes, donde a voracidade dos animais as consome; para evitar este dano, que certamente ofende a religião católica, chamei o provedor da misericórdia a minha presença, para persuadir que se erigisse uma Roda, que era o único meio por que se podia evitar tanta impiedade. E como na Misericórdia não havia legado, nem aplicação alguma para esta despesa, trouxe alguma dúvida por parte dos Irmãos. Porém, vencida ela por mais votos, se assentou, se fizesse aquela obra, recorrendo a V. Majestade, para que fosse servido concorrer com alguma esmola anual de sua fazenda e com o rendimento de um açougue [...] (MARCÍLIO, 1993, p. 153).

¹⁰No século XVIII, são implantadas, no Brasil, as Rodas dos Expostos com o objetivo de acolher as crianças abandonadas pelas mães e, geralmente, eram anexadas às Santas Casas de Misericórdia. A primeira foi fundada em Salvador no ano de 1726 a partir de pressões feitas pelas autoridades governamentais que se preocupavam com o aumento do número de bebês abandonados (BRANDÃO, [2009?]).

Ressaltamos que nem todas as crianças pobres eram expostas. Havia uma preocupação em proteger e casar moças, órfãs, honradas, filhas de legítimo casamento, cristãs-velhas e de pele clara, como os abandonados pelos pais. (RIZZINI, 2009).

Nesse mesmo seguimento:

A Roda se constituía em todo um sistema legal e assistencial dos expostos até sua maioridade. Em realidade, “Roda” era o dispositivo cilíndrico no qual eram enjeitadas as crianças e que rodava do exterior para o interior da casa de recolhimento. A denominação de Roda para o atendimento que era oferecido aos nela enjeitados presta-se à confusão e ao entendimento de que a assistência a estes resumia-se ao recolhimento imediato à exposição e deixa obscuras todas as etapas e modalidades de assistência que os mesmos recebiam até sua maioridade (RIZZINI, 2009, p. 213).

No século XIX, os asilos de órfãos, apresentaram grande importância para recolhimento da infância e adolescência desprotegida, incentivados pela “ideia de tornar favorável a educação industrial aos meninos e educação doméstica às meninas, preparando-os para ocupar o seu lugar na sociedade” (RIZZINI, 2009, p. 20).

Deste modo, a prática social desenvolvida procurava fixar neste segmento populacional abandonado e negligenciado um sentimento de identificação e amor para com o trabalho, além de uma educação moral conveniente para os padrões sociais da época, como pregava o regulamento do Abrigo de Menores, datado de 1924 (RIZZINI, 2009).

É importante destacar que foi somente a partir do ano de 1980 que o sistema de internato destinado à infância/adolescência pobre começa a ser questionado no Brasil, por se mostrar como uma prática dispendiosa aos cofres públicos, considerada impotente e injusta, produzindo o chamado “menor institucionalizado”, os quais “[...] apresentavam grande dificuldade de inserção social após anos de condicionamento à vida institucional” (RIZZINI, 2009, p. 21).

Vale lembrar que, no Brasil Colônia, em relação à assistência à criança desprovida consistia em indefinições, acordos e desacordos entre o poder público e o poder privado (RIZZINI, 2009). Como supracitado, era um período marcado por desvalorização da criança, de sua existência e vida. Desse modo, crianças e adolescentes carentes quando não eram tratados como um produto onde apenas a sua força de trabalho tinha valor de exploração, eram “assistidos” pelo Estado, numa

relação em que no futuro teriam que compensar os gastos com sua criação pela via do encaminhamento precoce à situação de exploração de sua mão-de-obra (RIZZINI, 2009).

Segundo Grunspun (2000), no período do Império a situação não era muito diferente, ver crianças e jovens pobres sendo recrutados para o trabalho nas fazendas, sofrendo exploração e até mesmo sendo aliciadas.

Quando instituída a República, a condição dessas crianças e adolescentes demonstra pequenas mudanças sendo:

Após a independência, em 1822, verificam-se significativas mudanças na assistência às crianças expostas, órfãs e pobres, com a ampliação e diversificação de instituições de atendimento a esta população (FALEIROS, 2009, p. 220).

No que se refere aos avanços da cidadania no Brasil, o regime republicano é o que mais se destacou, pelo fato de garantir mesmo que não efetivamente a todos os habitantes a condição de igualdade e liberdade jurídica.

[...] algo impensável na ordem escravocrata do império e da colônia – a república engendrou consigo a perspectiva dos direitos políticos, na forma de extensão do direito de voto e, mais tarde, com as lutas de classe e conflitos políticos, dos direitos sociais, na forma da regulamentação dos direitos trabalhistas e outros benefícios (ANDRADE, 2006, p. 54).

Com a implantação do regime político republicano surgiu à necessidade de efetivação de uma nova ordem social, ordenando que o Brasil buscasse mudar seu formato político e seus comportamentos sociais. Analisado como um país de barbárie e ignorância cultural, com dificuldades em buscar solução para os problemas, como a abolição da escravatura. A proclamação da República demandava a adoção de um novo tratamento por parte do Estado aos brasileiros, que numa república devem ser tratados como cidadãos (ANDRADE, 2006).

No que diz respeito as alterações sofridas em toda sociedade, não deixariam de refletir no segmento infanto-juvenil como afirma a autora.

[...] O interesse pela infância, nitidamente mais aguçado e de natureza diversa daquela observada nos séculos anteriores, deve ser entendido como reflexo dos contornos das novas ideias. A criança deixa de ocupar uma posição secundária e mesmo desimportante na família e na sociedade e passa a ser concebida como valioso patrimônio de uma nação; como 'chave para o futuro' [...] (RIZZINI, 2008, p. 24).

Como aponta Rizzini (2009), em meados do século XX no Brasil, apresentou um elevado número de mortalidade infantil e preocupados com situação que se instava,

higienistas e filantropos traziam a proposta de combater as doenças e desordem em locais onde abrigavam crianças e até nos lares domésticos.

Através do estabelecimento de uma concepção higienista e saneadora da sociedade, buscar-se-á atuar sobre os focos da doença e da desordem, portanto, sobre o universo da pobreza, moralizando-o a degradação das “classes inferiores” é interpretada como um problema de ordem moral e social. Garantir a paz e a saúde do corpo social é entendido como uma obrigação do Estado. A criança será fulcro deste empreendimento, pois constituirá um dos principais instrumentos de intervenção do Estado na família, atingindo os transgressores da ordem no nível mais individual e privado possível (RIZZINI, 2008, p. 24-25).

A diferença entre a filantropia¹¹ da caridade eram os métodos considerados científicos que asseguravam de resultados sólidos para a condução dos menos favorecidos, os tornando “úteis e independentes da caridade alheia”. Assim, com o tempo conclui-se que filantropia e caridade tornaram-se semelhantes, com o mesmo objetivo: “a preservação da ordem social”. (RIZZINI, 2009, p. 21-22)

Por sua vez, os representantes da ação filantrópica viam nos promotores da Justiça a solução para dar conta da crescente de periculosidade da população pobre que lhe cabia assistir. Portanto, estabelecer-se-á uma aliança entre Justiça e Assistência, com base na necessidade de mudança dos modelos de intervenção sobre a população pobre – aliança concebida como um desdobramento do amplo movimento filantrópico moralizador instituído a partir da lógica da nova ordem política, econômica e social da era industrial capitalista (RIZZINI, 2008, p. 124-125).

Na transição do século XIX para o XX nasceu à ideia de um “novo direito”, os reformatórios e casas de correção. A infância/adolescência desamparada agora se encontra nas mãos dos tribunais que se surgem por todas as partes no decorrer deste século. Trata-se de uma justiça que “revelasse a reeducação, em detrimento a punição”. Contudo, se aspiravam novas possibilidades de formação do homem, a partir da criança e, para tanto, as determinações do Código de Menores possibilitavam a abertura das instituições especiais chamadas “escolas de reforma”, onde o objetivo era reeducar este segmento através da formação profissional (RIZZINI, 2009, p. 23).

As formas de recolhimento ligadas a essas crianças e adolescentes surgiu em parceria com a polícia, neste contexto torna-se caso de segurança nacional, competindo a esses agentes fazer a “limpeza das ruas”, recolhendo elementos

¹¹ Filantropia é uma ação de caridade dirigida à comunidade, desvinculada do planejamento estratégico da empresa. Para Maia (apud SANTOS, 2003,p.03), a filantropia difere de responsabilidade social basicamente porque filantropia é uma ação social, seja praticada isoladamente ou sistematicamente, e nada diz sobre a visão da empresa e sobre o planejamento estratégico de sua atuação social.

indesejáveis à sociedade, abrigando-os em delegacias especiais onde o tratamento violento não se distinguia de qualquer outra delegacia. As violências físicas e psicológicas recorrentes, por sua vez, foram à causa principal da ineficiência deste sistema. Tal prática também persistiu por muito tempo, sendo discutida pelo surgimento da nova legislação na década de 1980 (RIZZINI, 2009, p. 23).

De acordo com Silva (2009), no período da revolução industrial, no século XVIII, sucedeu um grande número de desemprego e conseqüente agravamento da utilização de mão-de obra infantil. Devido ao advento da maquinaria e a precarização de salários, o provedor da família sozinho não conseguia sustentar sua mulher e seus filhos. Deste modo, era necessário que todos os membros trabalhassem, para que pudessem alcançar o mínimo de subsistência.

No nascimento da sociedade moderna, mas precisamente no século XIX, significando palco de recorrentes desordens entre princípios religiosos e ideologias, gerando profundas transformações de pensamentos e condutas sociais. Significa que nesse século que apresenta a expansão da cultura burguesa e do capitalismo na Europa. As fábricas inseridas pelo regime capitalista da época começaram a recrutar como mão-de-obra a força de trabalho adulto e infantil, com o propósito de manter sua habilidade produtiva (RIZZINI, 2008).

Com a expansão do capitalismo centrado na produção fabril da Europa para o restante do mundo ocidental, vemos propagar mundialmente, no século XX, a tendência à exploração das formas de trabalho infantil. Com a chegada das indústrias nas cidades brasileiras¹², principalmente na cidade de São Paulo, percebia-se a presença de crianças e adolescentes das regiões mais carentes exercendo o trabalho infantil (MOURA, 1999).

Este mesmo autor ainda afirma, mesmo que tempos diferentes:

Em meados da década de 1870, anúncios de estabelecimentos industriais solicitando crianças e adolescentes para trabalharem principalmente no

¹² O trabalho continua a propiciar a reprodução e a acumulação flexível do capital. As inovações científicas e tecnológicas, as legislações dos direitos da criança e do adolescente, a proteção do trabalho do adolescente e a mobilização das sociedades em defesa da infância não tornaram o capital capaz de dispensar e/ ou eliminar o trabalho infantil do processo produtivo. Muito pelo contrário, este segmento etário da força de trabalho adere cada vez mais ao mercado de forma fragmentada, heterogênea, terceirizada, parcelada e globalizada (SILVA, 2002, p. 155).

setor têxtil, começavam a multiplicar-se na imprensa paulistana. Assim em 1890, segundo a Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, aproximadamente 15% do total da mão-de-obra absorvida em estabelecimentos industriais da cidade eram crianças e adolescentes (MOURA, 1999, p. 262).

Para adquirir maior lucro, o capitalista coloca em suas fábricas mulheres e crianças, que exerçam as atividades por uma menor remuneração que os demais trabalhadores.

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. (...) a primeira preocupação do capitalista, foi utilizar o trabalho das mulheres e crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório, para o capital, tomou o lugar dos folguedos (brincadeiras) infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes. (MARX, 2003, p. 451).

Como aponta Marx (2003), acima, era necessário que todos trabalhassem não deixando de fora mulheres, crianças, adolescentes, os quais eram contratados para trabalhar nas indústrias, e ainda recebia um salário menor em relação aos homens adultos, isso como forma de lucro para os empresários capitalistas da época.

Muitas eram as crianças e mulheres selecionadas para o trabalho nas fábricas por baixos salários, embora o tempo de trabalho se igualasse ao dos adultos. Tal modelo de trabalho se aplicava em locais distantes, afastados de fiscalização. E também corriqueiro, acontecer à prática de punições por parte das autoridades direcionadas a crianças e jovens (em sua maioria negra) carecidos de afeto, saúde, segurança, e principalmente educação (RIZZINI, 2009).

Como vimos em capítulos anteriores com relação à condição de exploração a classe trabalhadora no período da revolução industrial, as crianças e os adolescentes também foram alvos dessa exploração, que se ampliou com o surgimento do mercantilismo e se acentuou no século XVIII, com a chegada das indústrias.

Como afirma registros da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ([2014?]), no Brasil o uso das crianças e dos adolescentes como mão de obra produtiva é realidade desde o século XVI, ainda na época escravista, vigorando até o século XIX. Mais tarde com o fim da escravidão e a expansão das indústrias as crianças e os adolescentes passaram a ser utilizados como força de trabalho nas fábricas.

Ressaltamos ainda que a inserção de crianças no trabalho durante a escravidão revelou a docilidade desta mão-de-obra, que, agrupada ao fato de satisfazer como de baixo custo, continuou sendo utilizada no período republicano. Como aponta a autora, no início do século XX, aumentaram-se iniciativas públicas e privadas que cujo objetivo era formar e disciplinar crianças para o trabalho na agricultura e nas indústrias principiantes existentes no Brasil. Em relação às atividades de trabalho, crianças e adolescentes já “educados” e “capacitados” para o trabalho chegavam a trabalhar em carga horária de até 12 horas por dia, submetidas a rígidas disciplinas e ambientes altamente insalubres (CARVALHO, 2008).

Com efeito, nessa época as doenças infecciosas espalharam pelo país compondo o cenário de morbidade e mortalidade no Brasil, as elevadas jornadas de trabalho sem supervisão, em condições insalubres, associadas à falta de equipamentos adequados para a produção, bem como o não investimento em instrumentos de proteção, tudo isso contribuía significativamente para a diminuição da expectativa desses jovens de uma vida digna. Diante dessa situação, no início dos anos 1940 o governo começou a implantar as escolas de Ensino Profissionalizante, deixando sob responsabilidade de assumir essa função os empresários, onde foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (RIZZINI, 2009).

Na visão estatal, a família era considerada incapaz de efetivar a criação da prole. O pai e a mãe pobres eram vistos num aspecto negativo, tendo suas imagens denegridas. A mãe pobre muitas vezes taxada de prostituta; já o pai era tido como o alcoólatra. Nessa concepção a família pobre era predestinada ao assistencialismo do governo, o que legitimava sua intervenção na condução do poder paternal notadamente no que se refere à internação das crianças e adolescentes em casas de correção. Um dos institutos criados cujos mecanismos de atuação destinavam-se a educação, disciplina e proteção aos menores taxados de delinquentes e marginalizados. (RIZZINI, 2009).

Vale salientar que neste período do século XX, o cotidiano das crianças e dos adolescentes já estavam destinados ao mundo do trabalho, e muitos eram abandonados pelas famílias o que possibilitava a entrada no mundo do trabalho precocemente. (MOURA, 1999)

Devem ter sido muitas as crianças e também os adolescentes encaminhados ao mundo do trabalho pelas mãos do abandono, uma história que, salvo exceções, permanece na obscuridade (MOURA, 1999, p. 284).

Ainda nas mãos do Estado, a assistência as crianças e adolescentes a partir de 1941 fica ao encargo do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), o que bancou um estreitamento das relações entre o setor público e o setor privado, constituindo um clientelismo marcado por corrupções e abusos que por muitas vezes nunca chegavam a beneficiar o principal motivo de sua criação: as crianças (RIZZINI, 2009).

No período do regime militar no ano de 1964, a Segurança Nacional e as Forças Armadas, assumem a questão da assistência à infância. Cabia ao governo militar a intervenção e normalização da sociedade no qual sua missão era “[...] velar para que a massa crescente de menores abandonados não viesse a transformar-se em presa fácil de consumismo e das drogas, associados no empreendimento de desmoralização e submissão nacional” (NAZARIO, 2010, p. 126).

Mediante a isso, a Lei Federal 4.513 de 01/12/1964 criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), cuja função era formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) no Brasil. Práticas que não eram diferentes a do modelo repressivo e carcerário no começo da década passada, entrando em colapso somente quando os militares cederam lugar aos primeiros governos democráticos (NAZARIO, 2010).

Com a necessidade de mudanças, criou-se o novo Código de Menores em 1979. O menor que antes era taxado como marginal, agora recebe maior visibilidade no início da década de 1980 e, com isso, a concentração do poder de decisão sobre os futuros dos menores nas mãos dos juízes teve história curta. “As formas garantidas dos direitos (sobretudo de defesa) do indivíduo, consideradas arbitrarias e inaceitáveis fora de um regime ditatorial, não sobrevivem à abertura política dos anos 80” (RIZZINI, 2009, p. 28).

Contudo, por conta da realidade alarmante que as estatísticas apresentavam a respeito da situação da criança e do adolescente no Brasil, uma nova realidade aparecia. Realidade esta onde as crianças e adolescentes passam a ser sujeitos de direitos nas mãos da sociedade civil. Através dos movimentos sociais que batalhavam pelos direitos de cidadania para as crianças e adolescentes, foi inserido

na Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 227, a absoluta prioridade para esses sujeitos de pouca idade sim, mas não menores, protegendo-os de qualquer forma de abuso e preconceito.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p.144).

Sob uma nova visão de modelo jurídico, político e administrativo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) vem reafirmar essa defesa. Com o Estatuto surgiram os Conselhos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA), nos níveis nacional, estadual e municipal; bem como os Conselhos Tutelares (CT). Segundo Rizzini (2009), o surgimento desses órgãos reforçou a necessidade de rever os princípios relativos às políticas de assistência voltadas à infância, com vistas a superação das precariedades que no decorrer da nossa história vêm impedindo um amparo digno às crianças, aos adolescentes e suas famílias.

O peso desta história até hoje nos pesa. Ao criolinho, ao moleque, à criança pobre, em suma, ao menor, não resta senão vender muito cedo a sua força de trabalho, não resta senão uma “infância-curta”, pois histórica, ideológica e economicamente está destinada, através do trabalho precoce e desqualificado, à reprodução as situações de exclusão vivida pelos pobres no Brasil desde a Colônia (FALEIROS, 2009, p. 222).

O contexto histórico exposto possibilita afirmar que são muitas as dúvidas dessa narrativa que ainda não encontrou um fim, sendo sua trajetória dissipada em oratórias que não se afinam em ações, contudo o que resta é esperança de tempos melhores para os protagonistas desta história que ainda não acabou. (RIZZINI, 2008).

2.2.1 O Cenário Brasileiro Acerca do Combate ao Trabalho Infantil

Trataremos aqui acerca das leis e programas que perpassaram no cenário brasileiro que subsidiaram estratégias de enfrentamento no combate ao trabalho infantil.

Somente com a abolição da escravatura no Brasil é que foi desencadeado o debate sobre o trabalho infantil. Antes da extinção da escravatura nenhuma criança recebia algum ganho pelo trabalho que executava. Com a massa de escravos livres sem trabalho, as famílias não conseguiam sustentar seus filhos, e muitos dos filhos das escravas não tinham pai conhecido e ficavam pelas ruas. (TEIXEIRA, [2007?] p. 5).

No entanto, no período escravocrata as crianças e adolescentes não recebiam pelo trabalho realizado. Consideramos que a partir da abolição da escravatura, que surgiram as leis de proteção a criança e ao adolescente no Brasil. A primeira lei de proteção ao trabalho infantil foi criada no ano de 1891, em seguida 1923 - O Decreto-lei nº 16.300, o código de menores em 1927 determinado a idade mínima de 12 anos no trabalho, 1943 Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), oferta proteção ao menor estabelecido nos artigos 402 e 441. Seguindo para o ano de 1973 onde foi aprovada a convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que diz respeito à idade mínima do trabalho. (TEIXEIRA, [2007?]).

Logo após o Regime Militar novas conquistas foram regulamentadas como a chegada da Constituição Federal de 1988, art. 7º § XXXIII estabelece: “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2011, p 22).

Ressaltamos que na década de 1990, trouxeram avanços em relação às políticas públicas, que abordavam a questão do trabalho infantil e da promoção de sua erradicação. Diante de tal situação, a partir do movimento de abertura política no Brasil, no contexto das eleições diretas, a Constituição Federal criou condições para a aprovação e sanção do Estatuto da Criança e do Adolescente ECRAD (Lei 8069, de 13/07/1990) que por sua vez estabeleceu em seu artigo 60: "É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz" (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2011, p. 60).

Com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, possuindo o objetivo de garantir o respeito aos direitos prestados a criança e ao adolescente, prestando-lhe uma atenção especial a escolaridade obrigatória dos 6 aos 14 anos de idade. Sendo estipulado pela legislação vigente, que era reconhecido como criança o menor até 12 anos incompletos e adolescentes com idades entre 12 aos 18 anos. Eram percebíveis os setores envolvidos com o bem estar deste segmento no âmbito social e político, em governos Estaduais, Municipais e no Governo Federal. Todavia, foram as forças externas de organizações internacionais que fizeram com que realmente essas práticas se concretizassem no Brasil e no mundo (GOMES, 1998).

Ainda nesse contexto, as pressões internacionais para a erradicação do trabalho infantil orientaram a criação de programas de grande influência entre organizações como a United Nations Children's Fund (UNICEF), dentre outras.

Para que tal fato seja menos recorrente na sociedade brasileira, uma série de políticas públicas voltadas para essa faixa etária da população termina por elaborar-se no sentido de reduzir os índices de incidência de trabalho infantil no Brasil. Tal fato, talvez se relacione com a implantação de políticas públicas mais gerais relacionadas a este assunto e também com a implantação de programas de transferência de renda condicionada.

Os princípios e diretrizes da política de assistência estão em consonância com os da LOAS, a mesma preconiza que:

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais e a universalização dos direitos sociais (BRASIL, 2004, p. 58).

Objetiva-se assim:

I. Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem, II. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural, III. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p. 58-59).

Em 1994, ocorre a criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNAPETI). Fato que possibilitou certa articulação entre setores da sociedade e o poder público para enfrentamento do trabalho infantil.

Não podemos deixar de mencionar neste item o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que foi criado em 1996, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, para lidar com o problema do trabalho infantil no Brasil. Foi fruto do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, tal programa é destinado às famílias com crianças e adolescentes em idade inferior a 16 anos em situação de trabalho, salvo os adolescentes que estão na condição de aprendiz a partir dos 14 anos de idade.

O PETI é um Programa do Governo Federal voltado para crianças e adolescentes cujo objetivo é retirar seus beneficiários do trabalho perigoso, insalubre, penoso, e degradante; possibilitando assim o acesso, a permanência e o bom desempenho de

crianças e adolescentes na ambiente escolar; fomentando e incentivando a ampliação do universo de conhecimentos da criança e do adolescente, pela via de atividades que envolvem cultura, esportes, artes e lazer no período complementar à escola, ou seja, isso é o que chamamos de jornada ampliada; proporcionando apoio e orientação às famílias por meio da oferta de ações sócio-educativas; implementando programas e projetos de geração de trabalho e renda para as famílias.

Os usuários deste programa são famílias que tiverem filhos com a faixa etária entre 07 e 14 anos que trabalham em atividades que possam oferecer perigo, que expõe tais crianças e adolescentes a atividades penosas, insalubres e degradantes. Devem ser priorizadas as famílias com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, em outras palavras, aqueles que sobrevivem em situação de extrema pobreza.

Desta forma a família que for inserida no PETI é beneficiada com uma bolsa mensal por cada filho, desde que possua a idade estipulada pelo programa e for retirado do trabalho. É necessário que as crianças e/ou adolescentes frequentem a escola¹³ e a jornada ampliada, onde elas terão um reforço escolar além de desenvolverem atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer como citado acima.

O programa apesar de ter a criança e o adolescente como alvo principal, não deixa de trabalhar sua família por meio de geração de emprego e renda e de ações socio-educativas, visando assim a sua inclusão social e promoção, contribuindo para o processo de emancipação desses atores, tornando-as protagonistas de seu próprio desenvolvimento social.

A partir da inserção da família em programa e projetos de geração de emprego e renda, a mesma poderá permanecer no Programa pelo prazo máximo de 04 anos. O Programa é financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social e co-financiamento dos estados e municípios, podendo aqui ressaltar que tal programa ainda pode contar com a participação financeira da iniciativa privada e da sociedade civil.

¹³ “Das muitas crianças que circulam neste mercado, poucas estudam. A escola parece-lhes algo vazio de necessidade duvidosa, quase um lixo ou um luxo. Embora valorizem o estudo como possibilidade de ascensão social, terminam sendo impedidas ou apresentam dificuldades de frequentar a escola, por vários motivos relacionados ao trabalho. As longas jornadas e o esforço físico e mental determinam a frequência e o rendimento escolar, fazendo com que a criança perca o interesse pelos estudos e por fim os abandone” (SILVA, 2002, p. 167).

Com a implantação da Política Nacional de Assistência Social, o PETI passa a compor os serviços considerados de proteção especial de média complexidade¹⁴.

Com o passar de alguns anos, com a troca do Presidente da República no governo de Luís Inácio Lula da Silva, vários programas de transferência de renda foram unificados, isto com a implementação do Programa Bolsa Família em 2003.

O Programa Bolsa Família é entendido como:

O Programa Bolsa Família é uma criação da unificação dos Programas de Transferência de Renda, situa-se no âmbito da prioridade de combate à fome e a pobreza, representando, no entendimento de seus idealizadores, uma evolução dos Programas de Transferência de Renda [...] (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 136).

Durante o ano de 2004, foi aprovada a nova Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS). Esta se articula as três esferas de governo e hierarquização dos programas e serviços em dois níveis de complexidade: sendo proteção social básica e proteção social especial.

A Proteção Social Básica possui como objetivo a prevenção de ocorrências de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Sua atuação é por intermédio de diversas unidades, entre elas o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos que é destinado a grupos específicos, são eles, os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos (BRASIL, 2011).

A Proteção Social Especial é a particularidade de um atendimento assistencial com destino a famílias e indivíduos que se deparam em situação de risco pessoal e social, apresentando alguma ocorrência de abandono, maus tratos físicos, e, ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil, entre outras. Este serviço possui uma estreita interface com o sistema de garantia de direitos, estabelecendo uma gestão que seja mais complexa e dividida com o conselho tutelar, delegacia,

¹⁴ [...] é a modalidade de atendimento assistencial destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004, p. 31).

ministério público, poder judiciário e outros órgãos e ações do executivo. (BRASIL, 2005).

No entanto a Proteção Social Especial se divide entre a Média Complexidade e a Alta Complexidade. A Média Complexidade compreende os serviços que ofertam atendimento às famílias e indivíduos com violação de direitos, mas cujos vínculos familiar e comunitário não estejam rompidos. A Alta Complexidade são os serviços de garantia a proteção integral, como moradia, higienização, alimentação, e trabalho protegido para indivíduos e famílias que se deparam sem referência e, ou, em situação de ameaça, sendo assim necessário serem retirados de seu meio familiar, e ou, comunitário. (BRASIL, 2005).

Em 2006, foi apresentado na XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um documento reconhecido pelo Brasil e demais países comprometidos com a mudança desta realidade sofrida nomeado “Trabalho Decente nas Américas: Uma agenda Hemisférica, 2006-2015”, neste cenário o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, torna-se um instrumento de suma importância para alcançar as metas estipuladas no documento, tais como eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2015 e de erradicar a totalidade do trabalho infantil até 2020. (BRASIL, 2011, p. 5)

O termo “trabalho infantil” refere-se, neste Plano, às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional. Para efeitos de proteção ao adolescente trabalhador será considerado todo trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos, conforme definido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 (BRASIL, 2011, p. 6).

O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador tem como finalidade específica a elaboração de um Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, e a efetivação da conformidade da Convenção 138 (que se refere a idade mínima de admissão para o emprego) e convenção 182 (que se refere a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação) assegurada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (BRASIL, 2011, p. 5).

É importante ressaltar que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CONANDA anda lado a lado a essas elaborações, sendo assim:

Ao CONANDA compete elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando as ações de execução; zelar pela aplicação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação (BRASIL, 2011, p. 5).

O Plano possui capacidade em elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando as ações de execução; zelando pela aplicação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; apoiando a promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação dos mesmos. (BRASIL, 2011, p. 6)

Assim também no Estatuto da Criança e do Adolescente, como também é reforçado essa proibição na Constituição Federal, dentre outras leis e programas que existem no enfrentamento a erradicação do trabalho infanto-juvenil como ressaltado no presente estudo, resguarda ao adolescente enquanto trabalhador.

Como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que:

Art. 67. Ao adolescente, empregado aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental é vedado o trabalho:

I – noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II – perigoso, insalubre, ou penoso;

III – realizado em locais prejudiciais à sua formação e a seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV – realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola. (MINISTÉRIO PÚBLICO do ESPIRITO SANTO, 2011, p.61).

O programa adolescente aprendiz nada mais é do que uma forma de reconhecer o trabalho infantil, e de acordo com lei poderá exercer o trabalho.

Entendemos que, são muitas as tentativas de mudanças para a realidade deste segmento social, nessa trajetória são encontrados muitos desafios no enfrentamento a erradicação do trabalho infantil, o que não acabará aqui.

Na atualidade, o trabalho infantil no Brasil segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), no ano de 2012 em relação ao ano 2009 apresentou um declínio.

No ano de 2009 ainda no Brasil, haviam cerca de 4,3 milhões de trabalhadores infantis de 5 a 17 anos de idade, já no ano de 2012 haviam cerca de 3,5 milhões de trabalhadores infantis de 5 a 17 anos de idade.

No Espírito Santo, no ano de 2009 registrou-se um número de trabalhadores infantis de 68.480 mil, sendo o número referente à população ocupada entre 05 a 17 anos, já em 2012 este número aumentou para 70.001 mil.

Foi constatado no estado do Espírito Santo, de acordo com os dados do IBGE de 2010, das crianças de 10 a 13 anos de idade, estima-se que 5.282 mil exercem atividade nos centros urbanos e 6.670 mil com essa mesma idade exercem atividade na área rural. Em relação à carteira assinada dos adolescentes entre 16 ou 17 anos de idade, constatou-se que 5.956 mil são do sexo masculino, e 5.035 mil são do sexo feminino. (IBGE, 2010)

Em relação às atividades de trabalho doméstico no Espírito Santo, estima-se que 4,5 mil crianças e adolescentes entre 10 a 17 anos exercem esse tipo de trabalho. E em relação ao Brasil, cerca de 257,6 mil crianças e adolescentes entre 10 a 17 anos de idade exercem esse tipo de trabalho. (PNAS, 2011).

3 METODOLOGIA

Se tratando em analisar o perfil das crianças e adolescentes em trabalho infantil na feira livre de Santo Antônio em Vitória / ES, foi utilizada a pesquisa documental que segundo Gil (1991, p. 51) “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”, este mesmo autor ressalta que a pesquisa documental “[...] vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação e etc.” (GIL, 2010, p. 30).

A pesquisa utilizou uma abordagem quantitativa, o que possibilitou responder os objetivos específicos tratados na pesquisa. Segundo Goldemberg (2004, p. 63), “[...] enquanto os métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerão dados que podem ser generalizáveis, [...]”. Este mesmo autor afirma que às “[...] abordagens quantitativas sacrificam a compreensão do significado em troca do rigor matemático” (GOLDEMBERG, 2004, p. 61).

Além disso, a pesquisa foi realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – região Centro de Vitória tendo como foco as crianças e adolescentes em trabalho infantil acompanhadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), residentes na região de Santo Antônio, grande São Pedro, e imediações localizados no município de Vitória e até outros municípios.

Ao se tratar de uma pesquisa documental, não teve uma abordagem direta aos sujeitos, sendo assim, não necessitou de participantes.

Em relação à coleta de dados, foram utilizados treze (13) prontuários e pré - cadastros das crianças e adolescentes acompanhadas pelo Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS). As informações foram coletadas dos prontuários por meio de um formulário, que possibilitou a tabular os dados. Houve algumas dificuldades em analisar os dados, devido a falta de elementos nos prontuários que não foram preenchidos.

Assim, o tratamento de dados se deu por meio da organização das informações por categorias no perfil sociodemográfico: que foram os dados gerais da família – composição familiar, bairro de residência, renda mensal, situação do domicílio. Em relação aos dados das crianças e dos adolescentes, as informações que foram

coletadas dizem respeito a: idade, sexo, escolaridade e tipo de trabalho exercido na feira. Em relação ao Serviço socioassistencial em que estão inseridas se categorizaram em: CRAS, Unidade de Saúde, ONGS, Serviço de geração de emprego e renda, CREAS; em relação a beneficiários de algum programa caracterizaram em: BPC, Bolsa Capixaba, PBF; já os programas e ou projetos que estão inseridos se caracterizaram em: CAJUN, Escolinha de futebol, Adolescente aprendiz e PETI.

Os dados foram apresentados em gráficos no formato de pizza, o que proporcionou uma melhor visualização dos resultados alcançados; a análise dos dados colhidos, foi realizada por meio da tabulação destes, que confrontados com o material teórico o que proporcionou o resultado da pesquisa.

Como procedimentos éticos nos comprometeremos, a partir da assinatura do Termo de Responsabilidade de utilização de dados anexado ao trabalho e manter a privacidade e confidencialidade dos dados utilizados nos documentos base desta pesquisa.

4 RESULTADO DA PESQUISA

4.1 LOCAL DA PESQUISA – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A pesquisa se deu no Centro de Referência Especializado de Assistência Social da região do centro de Vitória-ES (CREAS).

Esta apresenta como objetivo geral, analisar o perfil das crianças e adolescentes em trabalho infantil na feira livre de Santo Antônio – Vitória – ES, acompanhadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS).

O CREAS é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS (BRASIL, 2011).

Com o intuito de alcançar esse objetivo principal, apresentamos os seguintes objetivos específicos: traçar o perfil sociodemográfico das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na feira livre de Santo Antônio em Vitória/ ES, a partir dos prontuários produzidos pelos técnicos do Serviço Especializado de Abordagem Social; identificar se estas crianças e adolescentes estão inseridas em programas e projetos sociais no âmbito municipal, estadual ou federal; identificar qual trabalho é exercido por estes na feira livre de Santo Antônio em Vitória /ES; e identificar a renda familiar destas crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social, considerado um equipamento de proteção social especial de média complexidade¹⁵, instituído na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Além da oferta de atenção especializada, o CREAS possui o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas (BRASIL, 2010).

¹⁵ “A proteção especial de média complexidade envolve também o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos.” (BRASIL, 2004).

A rede socioassistencial” [...] considerado um conjunto integrado de ações, de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos o que supõe a articulação entre estas unidades de previsão de proteção social [...],” conforme os níveis de complexidade (BRASIL, 2004, p. 94).

A PNAS, vai se concretizar com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), normatizada pela Norma operacional Básica (NOB- SUAS) aprovada em julho de 2005. O SUAS se configura como novo reordenamento da política de assistência social na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações aumentando sua cobertura (MACHADO, 2012).

Como previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais os serviços prestados na média complexidade são:

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS); Serviço de Proteção Social a Adolescente em cumprimento de medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços a Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, idosas e suas famílias. (BRASIL, 2010 p.32)

O serviço no qual se dará essa pesquisa, o SEAS que inserido na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, é um serviço no qual é ofertado de maneira programada e continuada, pois:

“[...] deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos [...]. Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros.” (BRASIL, 2009. p. 22).

O SEAS realiza trabalhos externos de abordagem social destinado ao público de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias, crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, trabalho infantil, drogadição, mendicância e idosos em situação de violência. (BRASIL, 2009).

Ressaltamos que o monitoramento do SEAS também é realizado na feira livre em Santo Antônio, pois há permanência de crianças e adolescentes que lá vivenciam o trabalho infantil. (MACHADO, 2012).

A feira livre acontece nas quartas feiras, das 06:00 às 12:00 horas da manhã na rua Archimimo Mattos,

As feiras livres de Vitória apresentam barracas padronizadas e a comercialização dos produtos é setorizada de modo a facilitar a vida dos consumidores. A organização dos espaços é resultado da implantação do projeto Feira Legal, a partir de 2007, proporcionando mais qualidade, conforto e limpeza a compradores e feirantes. (VITÓRIA, 2014).

Vale lembrar, que no trabalho do SEAS, ao identificar qualquer suspeita de trabalho infantil, nas ruas estes são abordados pela equipe de imediato, e através de um diálogo com a equipe receberão orientações, encaminhamentos se necessário, no caso de crianças são encaminhadas imediatamente ao conselho tutelar.

O trabalho externo do SEAS é chamado de monitoramento, que é feito pelas regiões de Vitória que é dividida em duas regiões I e II. A região I compreende desde a região do conselho tutelar do centro de Vitória, Vila Rubim, ponte seca, rodoviária, Bela Vista, Estrelinha, Grande Vitória, Universitário, Inhaguetá, Comunidade do Alagoano, Ariovaldo Favalessa, Caratoíra, Mario Cypreste, Santa Tereza, Santo Antônio, Grande São Pedro, Condusa, Ilha das Caieiras, São Pedro IV- Redenção, São Pedro III – Santo André, São Pedro II – Santos Reis, São José, Conquista, São Pedro V – Nova Palestina, Resistência [...].

A região II compreende a região do Parque Moscoso, praça do Sesc, porto de Vitória, praça Costa Pereira, Av. Princesa Isabel, Cabral, Capixaba, Cidade Alta, Centro Vitória, Fonte Grande, Hospital São Lucas, Fradinhos, Cruzamento, Forte são João, Jucutuquara e Romão.

4.2 PERFIL DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL NA FEIRA LIVRE DE SANTO ÂNTONIO EM VITÓRIA- ES

No que se referem às situações vivenciadas pelas crianças e adolescentes em trabalho infantil, é relevante conhecer o perfil sociodemográfico delas, de modo que possibilite a equipe do SEAS um acompanhamento de acordo com as demandas apresentadas.

Para realização da coleta de dados, os prontuários e pré- cadastros pesquisados das crianças e adolescentes são referentes ao ano de janeiro de 2012 a julho de 2013. Ressaltamos que alguns prontuários são do ano de 2010, pois são referentes

a alguns adolescentes que já vinham sendo acompanhados e permaneciam na feira até a referida data.

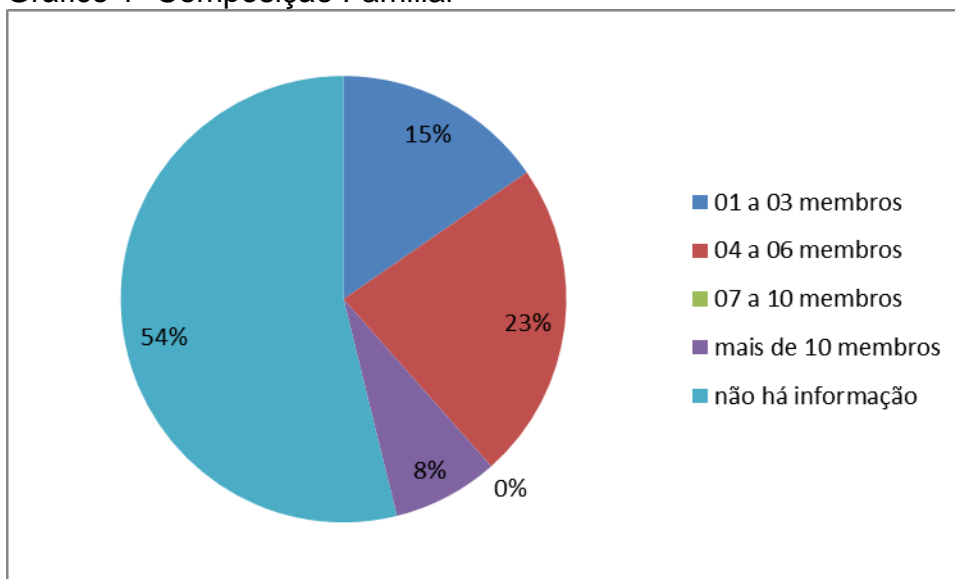
Foram pesquisados a totalidade de treze (13) prontuários, das crianças e adolescentes acompanhados pelo SEAS, abordados com maior frequência ou uma única vez pela equipe. A pesquisa foi realizada no mês de maio de 2014 no CREAS – centro de Vitória/ ES.

No que se refere à composição familiar das crianças e adolescentes da feira (Gráfico 1), observamos que 54% dos prontuários não apresentam informações sobre as famílias analisadas, 23% dos prontuários das famílias analisadas possuem entre 04 a 06 membros na composição familiar, e 8% dos prontuários das famílias analisadas possuem mais de 10 membros na composição familiar.

Consideramos que 23% das famílias analisadas, possuem de 4 a 6 membros na família, e para relacionar com a temática, Marx (2003), em seu estudo afirma que no período da industrialização, as famílias, independente da quantidade de membros que possuíssem todos eram colocados para trabalhar, com isso contribuía no aumento da renda familiar, e quanto mais membros mais recebiam.

[...] Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório, para o capital, tomou o lugar dos folguedos (brincadeiras) infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes. (MARX, 2003, p. 51).

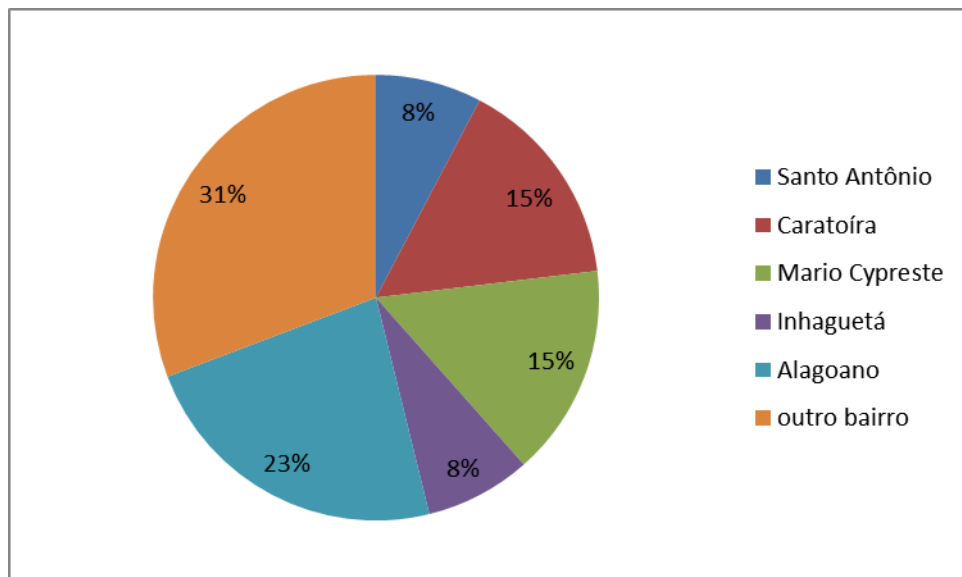
Gráfico 1- Composição Familiar



Fonte: Prontuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Região Centro (CREAS – Centro). Elaboração Própria.

No que diz respeito ao bairro onde residem as famílias das crianças e dos adolescentes pesquisados (Gráfico 2), analisamos que 31% dos prontuários das famílias pesquisadas são oriundas de outros bairros; 23% dos prontuários das famílias pesquisadas, residem no bairro Alagoano; 15% dos prontuários das famílias pesquisadas residem nos bairros Mario Cypreste e Caratoíra e 8% dos prontuários das famílias pesquisadas residem nos bairros Santo Antônio e Inhanguetá. Esses bairros pertencem à cidade de Vitória/ ES, considerados bairros vizinhos do bairro Santo Antônio onde é realizada a feira livre. Esses bairros fazem parte das regiões onde é realizado o monitoramento pela equipe de abordagem social.

Gráfico 2 - Bairro de Residência



Fonte: Prontuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Região Centro (CREAS – Centro). Elaboração própria.

Em relação a renda mensal familiar, 77% dos prontuários das famílias analisadas não apresentaram informações, 7% dos prontuários das famílias analisadas responderam conter renda menor que 1(um) salário mínimo, 8% dos prontuários das famílias analisadas responderam conter renda mensal até 1 (um) salário mínimo e os outros 8% dos prontuários das famílias analisadas responderam conter renda superior a 1(um) salário mínimo (Gráfico 3).

Ao analisarmos a renda mensal apenas como um valor quantitativo, não estaremos de fato analisando a realidade das famílias, e consideramos que os baixos salários estão relacionados a pobreza, a falta de oportunidade, a desigualdade social.

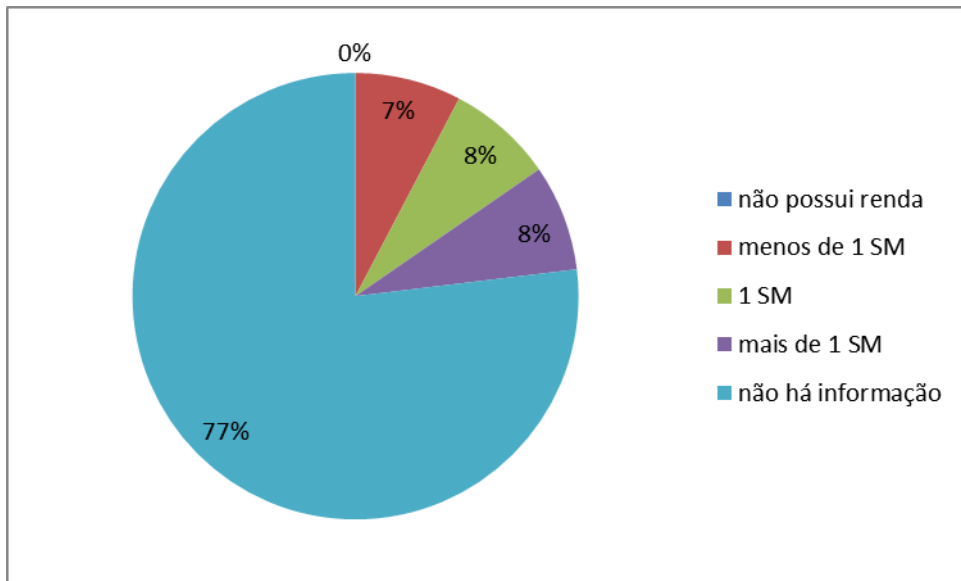
E essa contradição capital/ trabalho, que se configura na exploração do capital sobre a classe trabalhadora, pode ser confirmada por autores como Marx (2003) e Behring e Boschetti (2011). A compreensão da 'questão social' está aprofundada na contradição capital x trabalho, ou seja, é uma categoria que tem sua especificidade determinada no modo capitalista de produção. Para isso Behring e Boschetti (2011, p.51-52) afirmam que:

[...] às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Essas desigualdades e o processo de luta de classes fazem parte do cotidiano das crianças e adolescentes hoje, pelo fato de suas famílias receberem salários baixos, os levam a estarem na feira livre em Santo Antônio em atividade laboral.

As condições de trabalho, os vínculos de trabalhos dessas famílias reforçam essa informação apontada por Antunes (2008) pois afirma que, as mudanças do capitalismo contemporâneo, estão a diminuição da classe operária tradicional e a consequente expansão do trabalho assalariado, principalmente no setor de serviços, onde se verifica a heterogeneização do trabalho [...] assim como a subproletarização e precarização do trabalho expressos pela terceirização nos contratos de trabalho, trabalho temporário, precário, parcial, subcontratação, informalização. Salientamos que, essas informações foram colhidas diretamente dos familiares, mediante a visita domiciliar que é realizada pelos técnicos do SEAS.

Gráfico 3 - Renda Mensal



Fonte: Prontuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Região Centro (CREAS- Centro). Elaboração Própria.

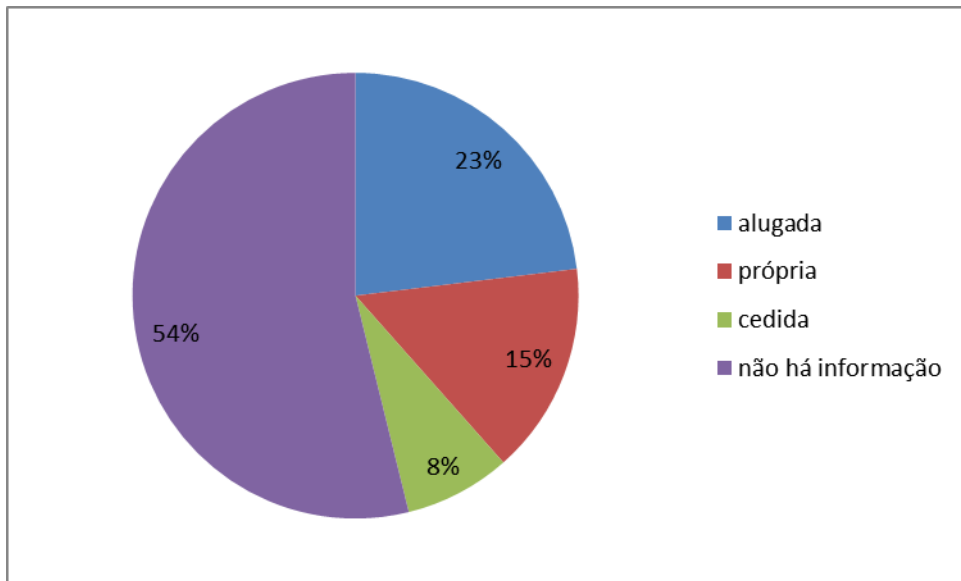
No que diz respeito à situação do domicílio, 54% dos prontuários analisados não apresentaram informações; 23% dos prontuários das famílias analisadas informaram morar de aluguel; 15% dos prontuários das famílias analisadas informaram possuir casa própria e 8% dos prontuários das famílias analisadas informaram morar em casa cedida (Gráfico 4).

De acordo com a Constituição Federal, no que tange aos direitos sociais, todos tem o direito a moradia como preconiza em seu art. 6º “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho a moradia [...]” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2011, p.20).

A falta de moradia, expressa na realidade das famílias que ilustramos no gráfico abaixo, está associada também aos problemas sociais enfrentados no Brasil, o que afeta as famílias mais empobrecidas, sendo também uma realidade encontrada nas crianças e os adolescentes que são inseridos no mercado de trabalho. A falta de moradia também está associada a renda familiar como vimos e discutimos (Gráfico 3).

Ainda de acordo com Antunes (2008), na vigência do neoliberalismo, a mercantilização dos serviços públicos inviabiliza o acesso de grande parte da população aos serviços que são transferidos para a iniciativa privada, entre eles a educação, moradia, saúde etc., ampliando e reconfigurando as expressões da ‘questão social.’

Gráfico 4 - Situação do Domicílio



Fonte: Prontuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Região Centro (CREAS- Centro). Elaboração Própria.

Em relação aos dados referentes a idade das crianças e dos adolescentes, 61% informaram possuir idade entre 15 anos e 16 anos, 23% informaram possuir idade de 13 anos e 14 anos, 8% informaram possuir idade entre 10 anos e 12 anos e 8% possuem idade acima de 17 anos (Gráfico 5).

Considerando um percentual de 23% na faixa etária entre 13 e 14 anos, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do adolescente em seu Art. 60. “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPIRITO SANTO, 2011, p. 60). Assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, também é reforçada essa proibição na Constituição Federal, dentre outras leis e programas que existem no enfrentamento a erradicação do trabalho infanto-juvenil.

Como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que:

Art. 67. Ao adolescente, empregado aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental é vedado o trabalho:

I – noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II – perigoso, insalubre, ou penoso;

III – realizado em locais prejudiciais à sua formação e a seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV – realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola. (MINISTÉRIO PÚBLICO do ESPIRITO SANTO, 2011, p.61).

Ressaltamos que, o SEAS também orienta ao adolescente quanto a inserção no programa adolescente aprendiz, sendo um fator determinante para saída deles do trabalho informal. Como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 64. “Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPIRITO SANTO, 2011, p. 60).

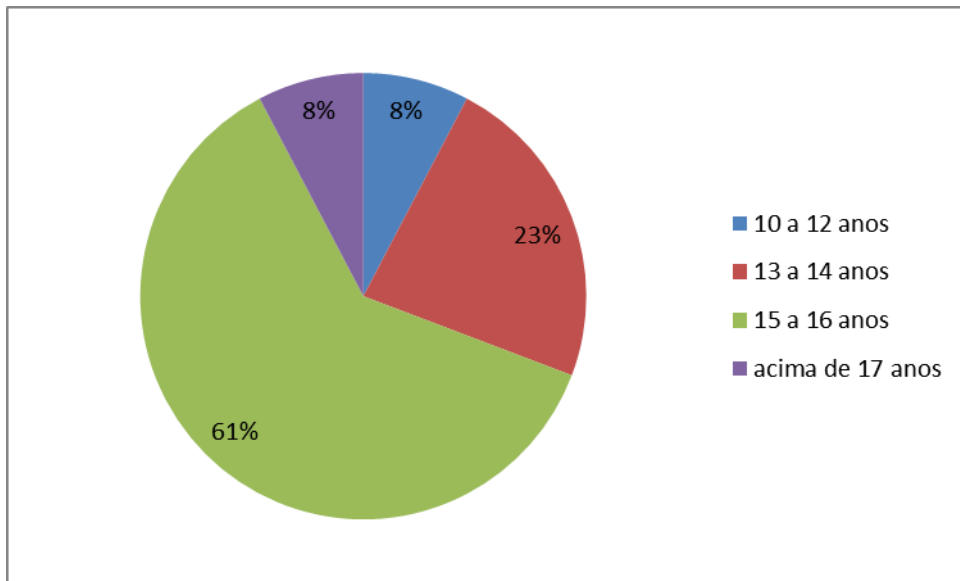
Como também que este trabalho exercido por menores de quatorze anos é proibido por lei, conforme preconiza o ECRAD e CF.

O programa adolescente aprendiz nada mais é do que uma forma de reconhecer o trabalho infantil, e de acordo com lei poderá exercer o trabalho. E em relação aos maiores de 17 anos de idade com o percentual de 8% como ilustra o gráfico, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), afirma em seu “art. 416 Haverá a Carteira de Trabalho e Previdência Social para todos os menores de 18 anos, sem a distinção de sexo, empregados em empresas ou estabelecimentos de fins econômicos e daqueles que forem equiparados” (MINISTÉRIO PÚBLICO do ESPIRITO SANTO, 2011, p.194).

No entanto, observamos que existem adolescentes em atividade laboral na feira livre de Santo Antônio na informalidade, sendo que estes poderiam estar exercendo o trabalho formal e com todos os direitos trabalhistas, não na condição de aprendiz mais como empregado.

Como tratamos no texto para, Rizzini (2009), vem trazendo toda trajetória desde a colonização do Brasil até a contemporaneidade, as várias formas do trabalho infantil e as leis, políticas e programas como meio de combate e legitimação a este trabalho infante.

Gráfico 5 - Idade das Crianças e dos Adolescentes



Fonte: Prontuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Região Centro (CREAS- Centro). Elaboração Própria.

No que tange ao perfil das crianças e dos adolescentes em relação ao sexo (Gráfico 6), observamos que 92% são do sexo masculino e apenas 8% do sexo feminino. No entanto a figura masculina está relacionado com os trabalhos braçais e a figura feminina, ainda é considerada como frágil, e deve aprender serviços domésticos. Como refere Brandão (1995) essa prática já era vista no período da colonização conforme descreve abaixo:

Os meninos observam os homens quando fazem arcos e flechas; o homem os chama para perto de si e eles se veem obrigados a observá-lo. As mulheres, por outro lado, levam as meninas para fora de casa, ensinando-as a conhecer as plantas boas para confeccionar cestos e a argila que serve para fazer potes. E, em casa, as mulheres tecem os cestos, costuram os mocassins e curtem a pele de cabrito diante das meninas, dizendo-lhes, enquanto estão trabalhando, que observem cuidadosamente, para que, quando forem grandes, ninguém as possa chamar de preguiçosas e ignorantes. Ensinam-nas a cozinhar e aconselham-nas sobre a busca de bagas e outros frutos, assim como sobre a colheita de alimentos (BRANDÃO, 1995, p. 21).

É, portanto, muito antiga a visão que se tem sobre atividades de cunho masculino e feminino. Conforme menciona Marx (2003), a figura feminina desde a revolução industrial se destacava nos trabalhos nas fábricas. Nesse sentido outros autores também trazem essa afirmação, como Hidrata citado por Antunes (2001), traz em sua pesquisa acerca da inserção da mulher no trabalho em alguns países, onde faz comparações acerca de cada um dizendo que: “[...] as formas de utilização da força

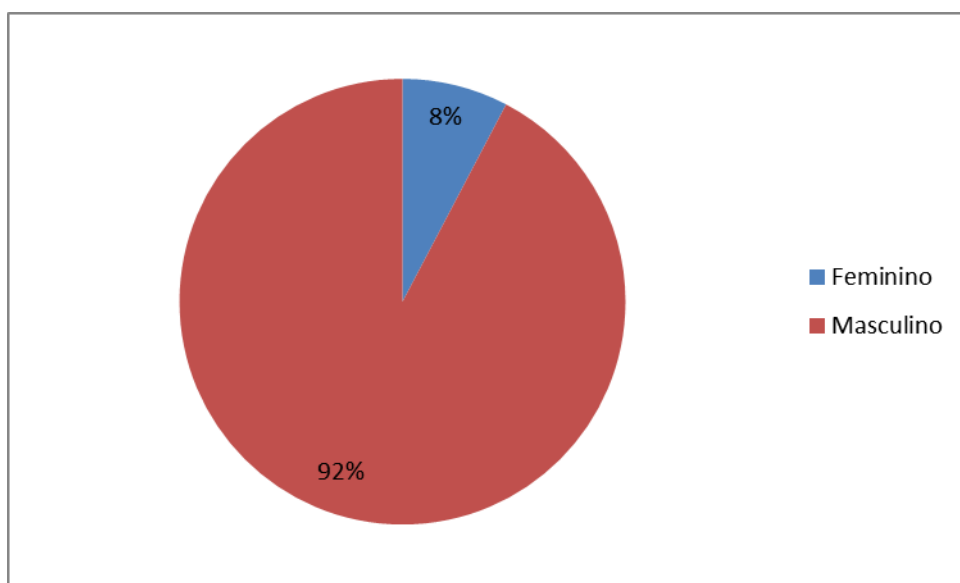
de trabalho feminina, considerando-se o estado civil, a idade e a qualificação, variam consideravelmente, segundo cada país” (ANTUNES, 2001, p. 107).

Ainda de acordo com a autora, o trabalho feminino teve um aumento elevado no mundo fabril. Porém, além do aumento considerável de mulheres, a precarização, a informalidade, a extensiva jornada de trabalho, baixos salários e a questão de gênero tem sido perceptíveis nesse processo.

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao aumento do capital) sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos e as de si própria. (HIDRATA apud ANTUNES, 2001, p. 108).

No entanto, com relação a questão de gênero, há um percentual maior em relação ao figura masculina nas atividades realizados na feira livre em Santo Antônio Vitória/ ES. Contudo, as atividades exercidas pelos meninos é considerada uma atividade braçal, e entre as atividades se encontram: o trabalho como carregador de verduras (frentista), vendedor e entre outros trabalhos, como mostra o (Gráfico 7). Enquanto, a figura feminina há um percentual bem pequeno nos trabalhos realizados na feira livre.

Gráfico 6 - Sexo



Fonte: Prontuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Região Centro (CREAS- Centro). Elaboração Própria.

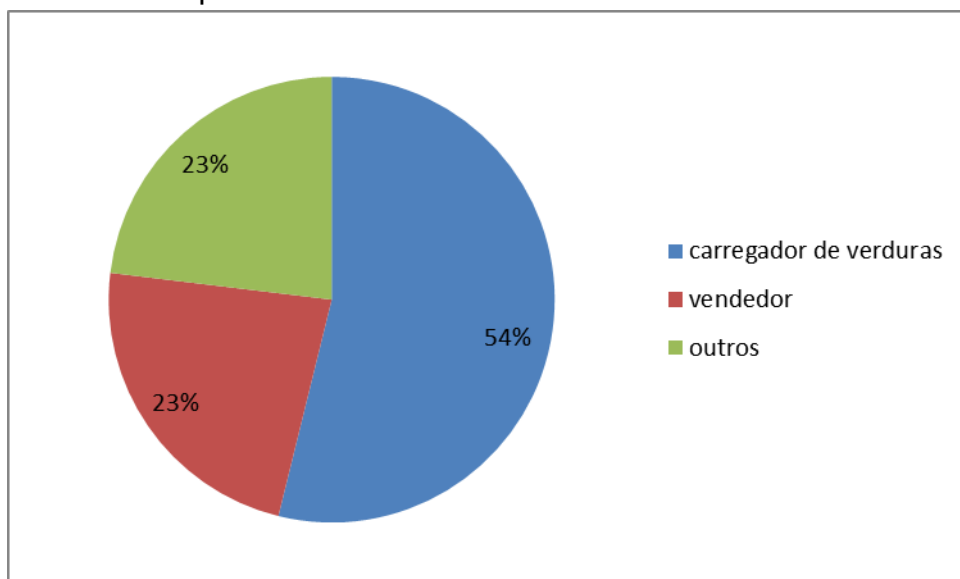
Em relação ao tipo de trabalho realizado na feira, (Gráfico 7), observamos que 54% das crianças e dos adolescentes executam o serviço de frentistas ou carregadores de verduras. Sendo a maioria realizado pelos meninos como descrito no (Gráfico 6), e os 23% exercem a função de vendedores. Os outros 23% são praticadas outras atividades laborais. O trabalho infantil se expressa de diversas formas e em diferentes épocas. Na revolução industrial já havia a exploração de crianças e adolescentes como foi citado por Marx (2003) nos capítulos anteriores. Segundo Rizzini (2009) afirma em seus estudos que no Brasil o trabalho infantil surgiu desde a colonização, de diversas formas e segue até os dias atuais.

Como afirma Rizzini (2008), no Brasil, tal modelo (escravo) de trabalho que sobreveio sobre o homem adulto, não excluiu, contudo, crianças e adolescentes. E, em relação a nossa sociedade, no que diz respeito a crianças e adolescentes colocadas na situação de trabalho, ainda, permanece nos dias atuais.

O trabalho continua a propiciar a reprodução e a acumulação flexível do capital. As inovações científicas e tecnológicas, as legislações dos direitos da criança e do adolescente, a proteção do trabalho do adolescente e a mobilização das sociedades em defesa da infância não tornaram o capital capaz de dispensar e/ ou eliminar o trabalho infantil do processo produtivo. Muito pelo contrário, este segmento etário da força de trabalho adere cada vez mais ao mercado de forma fragmentada, heterogênea, terceirizada, parcelada e globalizada (SILVA, 2002, p. 155).

Ressaltamos que os 23% que mostram no gráfico o tipo de trabalho exercido na feira como outros, não está especificado nos prontuários analisados.

Gráfico 7 - Tipo de Trabalho Exercido na Feira



Fonte: Prontuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Região Centro (CREAS- Centro). Elaboração Própria.

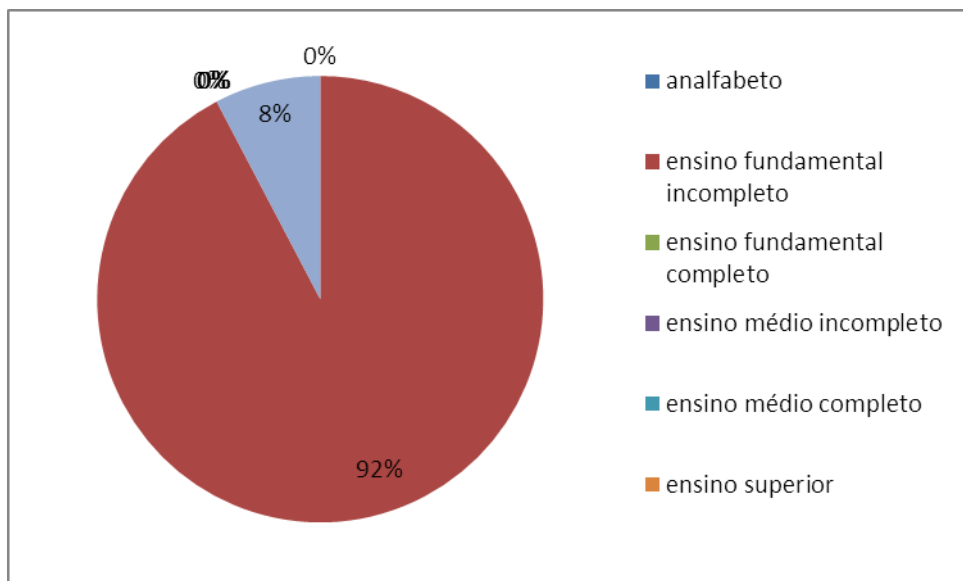
No que tange a educação das crianças e dos adolescentes conforme mostra abaixo (Gráfico 8), 92% das crianças ou adolescentes informaram que estão no ensino fundamental incompleto, os 8% não possuía informação alguma.

Segundo aponta Silva (2002, p. 167),

Das muitas crianças que circulam neste mercado, poucas estudam. A escola parece-lhes algo vazio de necessidade duvidosa, quase um lixo ou um luxo. Embora valorizem o estudo como possibilidade de ascensão social, terminam sendo impedidas ou apresentam dificuldades de frequentar a escola, por vários motivos relacionados ao trabalho. As longas jornadas e o esforço físico e mental determinam a frequência e o rendimento escolar, fazendo com que a criança perca o interesse pelos estudos e por fim os abandone.

Devemos considerar que, não se sabe ao certo se estas crianças e adolescentes da feira estão frequentando regularmente a escola.

Gráfico 8 – Escolaridade



Fonte: Prontuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Região Centro (CREAS- Centro). Elaboração Própria.

Em relação aos programas e projetos, (Gráfico 9) como mostra abaixo, notamos que 31% das crianças e dos adolescentes participam de alguma atividade, e 8% das crianças e dos adolescentes participam da escolinha de futebol¹⁶.

Percebemos que, mesmo as crianças e adolescentes que se encontram em situação de atividade laboral, estão inseridos em algum programa ou projeto. Como também

¹⁶ A escolinha de futebol fica localizada no centro esportivo tranquedão em Vitória/ES.

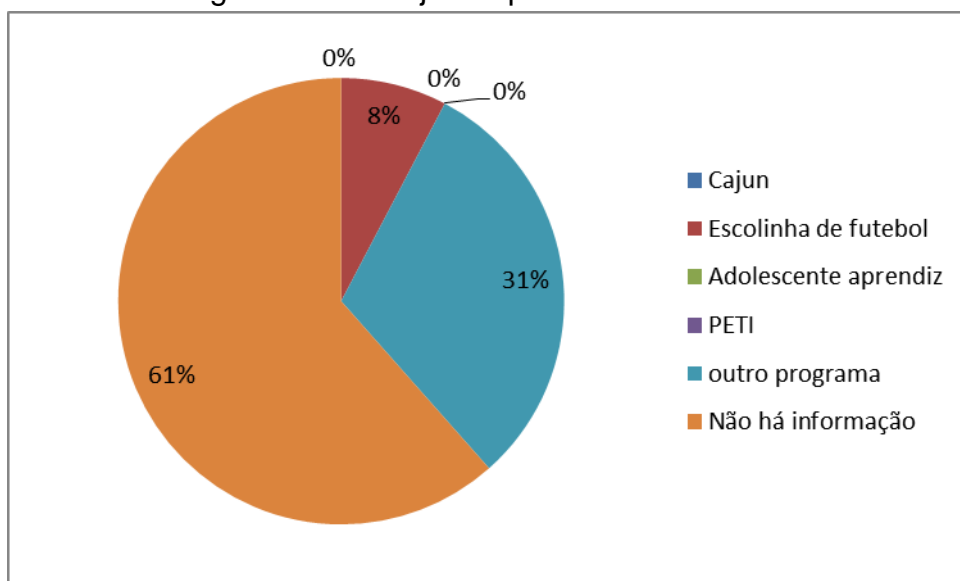
continuam estudando ou estudaram como ilustra o (Gráfico 7). Percebemos que há um número muito pequeno dessas crianças e adolescentes participantes dos projetos e programas sociais. No entanto como assegura o ECRIAD, diz que:

“Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária.” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPIRITO SANTO, 2011, p. 40).

Em relação aos outros programas, como apresenta o gráfico com 31%, não estava especificado nos prontuários analisados das crianças e dos adolescentes.

Destacamos que os outros programas e projetos como o PETI, o CAJUN, o programa adolescente aprendiz como ilustrado no gráfico não apresentou nenhum percentual, devido a falta de informação nos prontuários analisados das crianças e dos adolescentes, e o quanto a ausência dessas informações acabam impedindo a fazer uma análise mais crítica.

Gráfico 9 - Programas ou Projetos que estão inseridos



Fonte: Prontuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Região Centro (CREAS- Centro). Elaboração Própria.

No que se refere aos benefícios (Gráfico 10), com o percentual de 38%, o Programa Bolsa Família foi o que apresentou maior frequência nas famílias das crianças e dos adolescentes analisados, 62% dos prontuários analisados não havia informação.

O Programa Bolsa Família é entendido como:

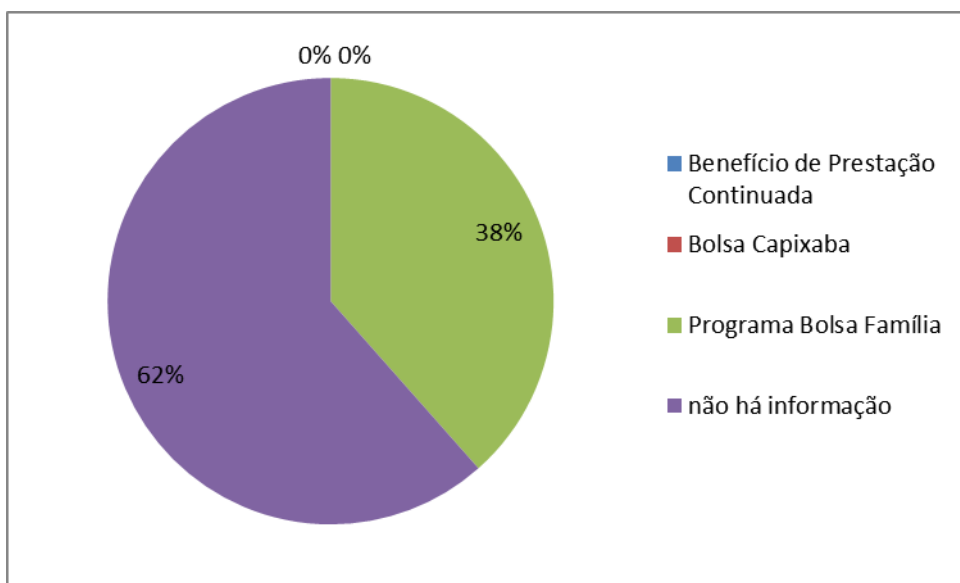
[...] uma criação da unificação dos Programas de Transferência de Renda, situa-se no âmbito da prioridade de combate à fome e a pobreza, representando, no entendimento de seus idealizadores, uma evolução dos Programas de Transferência de Renda [...] (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 136).

De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2004), o Programa de Transferência de Renda, após o regime neoliberal no Brasil em 1990, surgiu com a intenção de diminuir as desigualdades sociais nas classes pauperizadas. Sendo assim esse Programa de Transferência de Renda, apresenta limites e possibilidades.

Assim, o limite apresentado está à lógica de merecimento, na qual a família deve acatar as variadas condicionalidades, para ter acesso ao programa; se caso não atender, não será digna de adquirir seu benefício social que precisa.

No que refere as possibilidades, o programa permitem aos beneficiários uma complementação da renda, por várias vezes a única renda, sendo que a concorrência e a exigência impostas pelo sistema capitalista torna excludente o mercado brasileiro. Outra possibilidade se refere a inclusão a prazo extenso, já que esses programas solicitam a presença de crianças e adolescentes, nos equipamentos da educação, saúde entre outras. Sendo assim, as chances dessas crianças superarem a situação de vulnerabilidade social são grandes (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004).

Gráfico 10 - Benefícios

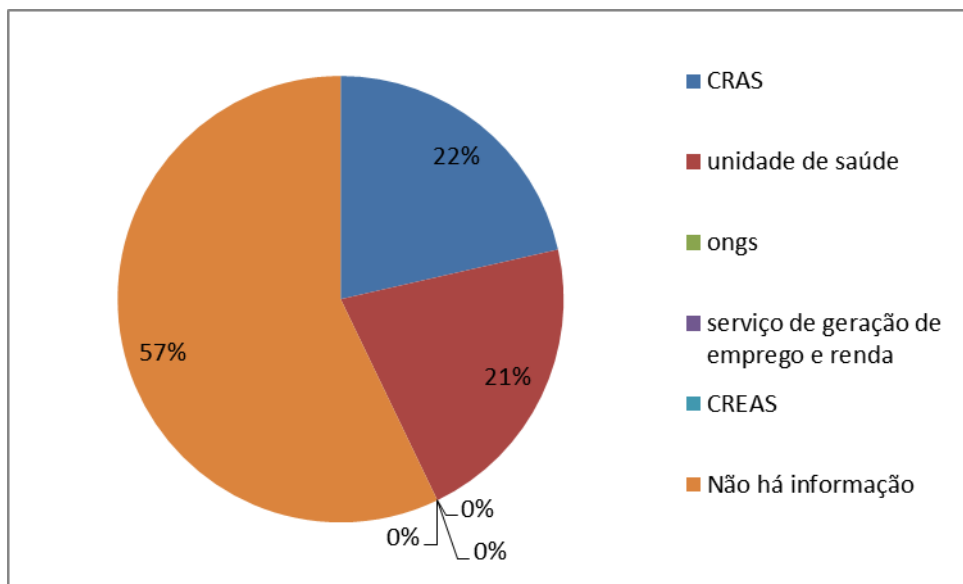


Fonte: Prontuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social– Região Centro (CREAS- Centro). Elaboração Própria.

No que diz respeito à rede socioassistencial (Gráfico 11), 22% dos prontuários analisados das famílias das crianças e dos adolescentes utilizam o serviço do CRAS, e 21% dos prontuários analisados das famílias das crianças e dos adolescentes utilizam o serviço da Unidade Básica de Saúde;

A rede socioassistencial, “[...] considerado um conjunto integrado de ações, de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos o que supõe a articulação entre estas unidades de prestação de proteção social [...],” conforme os níveis de complexidade (BRASIL, 2004, p. 94).

Gráfico 11- Rede Socioassistencial



Fonte: Prontuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social– Região Centro (CREAS- Centro). Elaboração Própria.

Em resumo, por meio das informações apresentadas pelos dados quantitativos coletados por meio dos prontuários, podemos considerar que as crianças e adolescentes que vivenciam o trabalho infantil na feira livre de Santo Antônio em Vitória/ ES, experimentam as desigualdades do sistema capitalista, levando em consideração que eles são filhos da classe trabalhadora mais pobre. Percebemos que é fundamental uma atenção às políticas públicas voltadas as crianças e adolescentes por parte dos órgãos públicos, e deste modo tanto às políticas públicas, a família e a sociedade civil possuem um papel essencial na erradicação do trabalho infantil, não devendo agir sozinhos, mas sim de modo articulado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica permitiu analisar a trajetória da exploração da mão-de-obra infantil no Brasil desde o período colonial até os nossos dias, destacando as influências da igreja, da família e do governo, das políticas públicas e a proteção social voltada para este segmento.

Saber sobre esse passado tão presente fez compreender que as resistências econômicas, culturais, políticas são um dos vários motivos que faz esse fenômeno tão ultrapassado manter-se em nossa sociedade atualmente, através da ausência de educação, da má distribuição de renda agregada à pobreza, da desigualdade social, dos recursos naturais insuficientes, da falta de políticas públicas eficazes para o combate da exploração desta mão-de-obra, e da negligência familiar com as crianças e adolescentes.

Por meio do estudo desenvolvido, nota-se que mesmo com todos os avanços direcionados à atenção e a legislação para com as crianças e os adolescentes em situação de trabalho infantil, a real situação deste segmento social ainda está longe do ideal aguardado por aqueles que batalham há anos no enfrentamento da exploração desta mão-de-obra. Considerando que esta realidade não é diferente a das crianças e adolescentes que vivenciam o trabalho infantil na feira livre de Santo Antônio em Vitória/ES, e levando em conta que essas crianças e adolescentes, são filhos da classe trabalhadora mais pobre.

Percebemos que, é preciso uma maior atenção as políticas públicas voltadas as crianças e adolescentes que se encontram na situação de atividade laboral, por parte dos órgãos públicos. Não basta somente oferecer benefícios, pois o valor ofertado não cobre todas as necessidades da família, tanto as sociais e psicológicas. É preciso ter um acompanhamento mais sistemático, e uma maior oferta de projetos socioeducativos nos bairros que residem, despertando um maior interesse.

É preciso que a sociedade se atente para os riscos encontrados no trabalho infantil.

Deste modo, tanto as políticas públicas, a família e a sociedade civil possuem um papel essencial na erradicação do trabalho infantil, não devendo estas agir isoladamente, mas sim de maneira articulada.

Para a realização desta pesquisa encontramos algumas dificuldades em relação a coleta de dados, devido a falta de elementos nos materiais pesquisados, a ausência destes elementos, interfere diretamente nos resultados da pesquisa realizada.

Outra dificuldade encontrada, foi em relação as visitas domiciliares realizadas, e registradas pela equipe do SEAS a família dessas crianças e adolescentes, de modo que, não haviam muitos registros, com isso interferiu no preenchimento dos prontuários, pois algumas informações cabiam somente ao responsável da família responder.

Segundo informações dos profissionais do SEAS, houve recentemente uma diminuição destes meninos na feira livre, mas não temos estas informações recentes como foco deste trabalho, mas, estas podem ser pensadas como proposta para futuras pesquisas.

Consideramos também, que essas dificuldades, interferem até mesmo na análise dos profissionais do SEAS e até mesmo para outros pesquisadores, pois na ausência desses elementos dificultam até mesmo em se pensar em estratégias de enfrentamento no combate ao trabalho infantil na feira livre.

A carência de materiais teóricos na área de serviço social relacionados com a temática do presente estudo, também é uma das dificuldades encontradas para realização desta pesquisa.

Cabe destacar que, outros aprofundamentos relativos à temática foram também inviabilizados em virtude do tempo para produção e finalização do trabalho, bem como o tempo da própria pesquisadora. Sentimos aqui a necessidade de nos aprofundarmos mais neste estudo, o que poderá ser feito a partir de novas pesquisas. Salientamos que o objetivo deste trabalho foi de identificar o perfil das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na feira livre de Santo Antônio em Vitória/ES. Visto que eles foram respondidos, mas apresentando algumas dificuldades como foi descrito acima.

O desenvolvimento desse estudo destinado a esse área de conhecimento, que envolve a questão da exploração do trabalho infantil e a introdução de políticas públicas pautadas ao tema, poderá converter-se em utilidade científica e social para apropriar-se a atuação de diversos profissionais, seja na área da assistência social, para os técnicos que atuam na área, outros interessados no tema e estudantes de

serviço social que, minimamente poderão ter contato com o tema do trabalho infantil, No entanto por se tratar de um tema que sempre esteve presente na sociedade, em Vitória existem poucos estudos do serviço social que abordam este tema. Com isso foi constatado a necessidade de ampliar a base de conhecimentos, no campo do serviço social e outros trabalhadores sociais.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzane. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2000, Coleção primeiros passos.

ANDRADE, Renato Almeida de. **O enfrentamento da questão social e o terceiro setor: o serviço social e suas condições de trabalho nas ONGS**. Vila Velha: Univila, 2006.

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e da desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 41-51.

_____. **Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho**. Capacitação em serviço social e política social. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5 ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti; Boschetti, Ivanete. Política social. **Fundamentos e história**. Biblioteca básica de serviço social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 2 v.

BRANDÃO, Isabel Cristina de Jesus. **História da criança na Bahia durante o Império**: apontamentos sobre o papel das instituições de educação infantil. Universidade Estadual da Bahia – UESB, [2009?]. Artigo. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../zRhkeLs3.doc> Acesso em 17 de maio de 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é a educação**. 33^o. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Programa Bolsa Família**. Brasília, DF: MDS; 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 26 de maio de 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para criança e adolescentes de 6 a 15 anos**: prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/orientacoes-tecnicas-centro-de-referencia>>

especializado-de-assistencia-social-creas-1/04-caderno-creas-final-dez pdf> Acesso em: 24 de maio de 2014.

_____. Ministério de desenvolvimento social e combate a fome: Secretária Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social e Norma operacional básica**. Brasília, julho, de 2004. Disponível em: <www.mds.gov.br/...pnas.../Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20>. Acesso em: 24 de maio de 2014.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**: resolução nº109, de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/documentos/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf>> Acesso em: 06 de maio de 2014.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O trabalho Infantil no Brasil contemporâneo**. Caderno CRH, Salvador, n. 54, p. 551-569, set./dez. 2008. 21 v.

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DE VITÓRIA. **Guia de Normalização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa**: apresentação de trabalhos acadêmicos, referências, citações e notas de rodapé e pôster. 4 ed. Vitória, 2013.

FALEIROS, E.T.S. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil colônia e no império. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 203-222.

FERREIRA, Jaqueline. **O sujeito adolescente trabalhador**: uma abordagem preliminar com aprendizes do programa adolescente trabalhador do banco do Brasil em Belo Horizonte. Dissertação do curso de psicologia da faculdade de filosofia e ciências humanas. UFMG. Belo Horizonte, 2004.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. São Paulo: atlas, 1991.

_____. Como elaborar projeto de pesquisa. 5 ed. São Paulo: atlas, 2010.

GOES, José Roberto; FLORENTINO, Nando. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 177-191.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar, como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, J.V. Vida familiar e trabalho de crianças e de jovens pobres. **Paidéia**, [s.v, s.n.], p.45-72, 1998.

GRUNSPUN, Haim. **O trabalho das crianças e dos adolescentes**. São Paulo: LTr, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 38. ed. São Paulo, Cortez, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD- Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios em 2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708. Acesso em 11 de julho de 2014.

MACHADO, Daniely da Penha Rodrigues. **Plano de estágio I**. Vitória. 2012.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A irmandade da Santa da Santa Casa de Misericórdia e a assistência à criança abandonada na história do Brasil**. In: Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil. São Paulo: Loyola, 1993.

MARX, Karl. **O capital**. 1 v. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO. **Estatuto da Criança e do Adolescente: e legislação congênere**. Ministério Público do Espírito Santo. 11. ed. Vitória. 2011.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. Crianças operárias na recém-industrializada. In: Mary Del Priori. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 1. ed. São Paulo, 1999.

NAZARIO, Roseli. Resenha do livro A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. **Revista eletrônica Zero-a-Seis**, CED/UFSC, Santa Catarina, nº 22, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/viewFile/1980-4512.2010n22p121/15090>> Acesso em: 31 de maio de 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica**. Biblioteca Básica do Serviço Social. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2010. 2 v.

OIT- Organização Internacional do Trabalho. [2014]. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria>>. Acesso em 22 de maio de 2014.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos e filantropos: A casa de Misericórdia da Bahia – 1550-1755.** Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SANDRONI, Paulo. **O que é mais valia.** 14. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SANTOS, Elenice C. Roginski M. **Responsabilidade social ou filantropia?** . Sanare. Revista Técnica da Sanepar, Curitiba, v. 20, n. 20, p. 18-27, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.sanepar.com.br/sanepar/sanare/v20/art02.pdf>> Acesso em: 16 de maio de 2014.

SILVA, Maria Linduína de Oliveira e. **Adultização da infância: o cotidiano das crianças trabalhadoras no mercado ver- o- verso, em Belém do Pará. Multifaces do trabalho.** Serviço social e sociedade. Belém, Pará. Cortez, p. 151- 172. 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI, a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2004.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil.** Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101003020857/9cap08.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2014.

TEIXEIRA, Ludmila Celistrino. **Proteção do trabalho do menor.** Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, [2007?]. Presidente Pudente. Artigo. Disponível em: <<http://www.intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2340/1836>>. Acesso em 28 de maio de 2014.

TELES, Vera da Silva. **Questão Social: afinal do que se trata?** São Paulo em Perspectiva, v. 10, n. 4, p. 85-9, out-dez/1996.

VITÓRIA. **Secretaria de Assistência Social.** 2014. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/semas.php?pagina=centrodereferencia>>. Acesso em 24 de maio de 2014.

_____. **Secretaria de Serviços.** 2014. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/semse.php?pagina=projetoferialelegal>>. Acesso em 27 de maio de 2014.

APENDICE

APÊNDICE A

Formulário de coleta de dados

Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil acompanhados pelo Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS)

1 Dados gerais da família

a) Composição familiar

01 a 03 membros

04 a 06 membros

07 a 10 membros

Acima de 10 membros

Não há informação

b) Bairro da residência

Santo Antônio

Caratoíra

Mario cypreste

Santa Tereza

Ilha das Caieiras

Inhanguetá

Grande Vitória

Comunidade do alagoano

Outro bairro

c) Renda Mensal

Não possui renda

Menos de 1 SM

1 SM

Acima de 1 SM

Não há informação

d) Situação do domicílio

Alugada

Própria

Cedida

Não há informação

Dados da criança/ adolescente

e) Idade

10 a 12 anos

12 a 14 anos

14 a 16 anos

Acima de 16 anos

f) Sexo

Masculino

Feminino

g) Escolaridade

Analfabeto

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio completo

Ensino médio incompleto

Não há informação

h) Rede socioassistencial: serviços em que as famílias estão inseridas

Cras

Creas

Unidade de saúde

Ongs

Serviço de geração de emprego e renda

Outros

i) Beneficiário de algum programa

Bolsa família

Benefício de prestação continuada (BPC)

Bolsa capixaba

outros

j) Programas/ projetos que estão inseridos

CAJUN

Programa de erradicação ao trabalho infantil (PETI)

Escola de futebol

Adolescente aprendiz

Outro programa

k) Tipo de trabalho exercido na feira

Frentista

Vendedor

outro

ANEXO